



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

## O Serviço Social no Sistema Educativo

Sara Margarida Catumba dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Serviço Social

Orientador:

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Auxiliar  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2015





Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

## O Serviço Social no Sistema Educativo

Sara Margarida Catumba dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Serviço Social

Orientador:

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Auxiliar  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2015



## **Agradecimentos**

Quero em primeiro lugar agradecer aos meus pais, que sem o esforço deles este projeto não teria sido possível. Ao meu irmão, ao meu primo Miguel, à Lisa e à minha amiga e colega de licenciatura Odília que me apoiaram na realização desta dissertação. Ao meu namorado que sempre esteve presente com muita paciência e me deu força para continuar. À Marta e à Cláudia, colegas de mestrado e amigas, que me apoiaram durante todo o percurso e a todos os que sempre me motivaram para não desistir.

Ao meu orientador e Professor Doutor Jorge Ferreira, pelos conhecimentos que me transmitiu e o apoio que me deu na realização da dissertação, bem como os restantes professores que fizeram parte do meu percurso no mestrado.

Quero agradecer ainda a todos os agrupamentos e assistentes sociais que se disponibilizaram, para a realização das entrevistas, sem dúvida, deram um grande contributo. E ainda um agradecimento especial à Dra. Fátima Matos assistente social num dos agrupamentos, que me acompanhou e deu um grande contributo ao longo da realização da presente dissertação.



## **Resumo**

A presente dissertação centra-se na prática do assistente social nos agrupamentos de escolas TEIPIII (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária). Procuramos através do processo investigativo identificar problemáticas associadas aos alunos sinalizados junto do assistente social na escola, analisar metodologias de intervenção do assistente social no contexto escolar junto do aluno, da escola, da família e da comunidade e tipificar a prática do assistente social no contexto escola.

A investigação suportou-se numa metodologia qualitativa, com o objetivo de percebermos qual o trabalho realizado pelo assistente social nas escolas TEIPIII. No que respeita às técnicas de recolha e tratamento de dados, aplicamos a entrevista semiestruturada, a entrevista exploratória e análise documental e a análise de conteúdo.

Através dos resultados verificámos que, o assistente social, na sua prática, numa escola/agrupamento TEIP se depara frequentemente com problemas de indisciplina, abandono e absentismo escolar, carências económicas. Este articula com as famílias, outros profissionais e várias entidades com vista a resolução dos mesmos problemas bem como utiliza várias metodologias de intervenção, nomeadamente: o modelo sistémico, ecológico e ainda, a técnica de mediação.

Palavras-chave: Aluno, Articulação, Educação, Escola TEIP, Família, Serviço Social



## **Abstract**

The present dissertation focus on the social worker practice within the school groups of the TEIPIII (Priority Intervention Educational Territories). Through the investigation process, we aim to identify problems associated with students reported to the social worker and to analyze the intervention methodologies applied in the scope of the students, their family, the school and the community. We also look forward to typify the practice of the social worker in the school context.

The investigation was based on a qualitative methodology, aiming at understanding the work done by the social assistant at the TEIPIII schools. We have used semi-structured interviews, exploratory interviews, document analysis and content analysis as assessment methods.

Results show that the social worker frequently comes across with indiscipline, school dropouts, school absenteeism and even with economical difficulties of students. The social worker connects with families, external institutions and other professionals in order to mitigate these problems. In the process, the practitioner makes use of many intervention methodologies, namely: the systemic model, the ecological model and the mediation technique.

**Keywords:** Cooperation, Education, Family, Social Work, Student, TEIP School



## Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Índice.....	ix
Glossário de Siglas.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS E SERVIÇO SOCIAL.....	3
1. Sistema Educativo Português – Ciclos e Agrupamentos.....	3
2. Organização Pública do Ensino Obrigatório.....	6
3. Ação Social no Sistema Educativo.....	9
4. Percurso do Serviço Social no Sistema Educativo.....	12
CAPÍTULO II – ESCOLA, COMPORTAMENTOS DE RISCO E SERVIÇO SOCIAL.....	15
1. Dimensões Conceptuais.....	15
2. Agrupamentos de Escolas.....	20
3. Práticas do Serviço Social no Sistema Educativo.....	21
4. Perspetivas Teóricas do Serviço Social na Escola.....	26
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	31
1. Campo Empírico.....	31
2. Natureza da Investigação.....	31
3. Universo e Amostra.....	32
4. Técnicas de Recolha de Dados.....	33
CAPÍTULO IV – RESULTADOS.....	35
CONCLUSÃO.....	45
BIBLIOGRAFIA.....	49

ANEXOS.....	I
Anexo A – Guião da Entrevista.....	I
Anexo B – Grelha de análise das Entrevistas.....	III
Anexo C – Lista de Agrupamentos TEIP de Lisboa e Vale do Tejo com Assistente Social .....	XV
CURRICULUM VITAE .....	XVII

## **Glossário de Siglas**

IASE - Instituto de Ação Social Escolar

NASE- Núcleo de Ação Social Escolar

TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

SASE - Serviços de Ação Social Escolar

ASE – Ação Social Escolar

SPO - Serviços de Psicologia e Orientação

PIPSE - Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo

PEPT - Programa Educação Para Todos

PEETI - Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PETI-Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PIEF - Percursos Integrados de Educação e Formação

PIEC - Programa para a Inclusão e Cidadania

PNAPAE - Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar

CEF - Cursos de Educação-Formação

PCA - Percursos Curriculares Alternativos

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

RI-Regulamento Interno

PEA-Plano Educativo do Agrupamento

AS- Assistente Social



## INTRODUÇÃO

O tema de pesquisa da presente dissertação é o “Serviço Social no Sistema Educativo”. O objeto de estudo desta dissertação será a prática do assistente social na escola mais especificamente em agrupamentos de escolas TEIPIII (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) de Lisboa e Vale do Tejo.

Em relação à razão pessoal foi escolhido este tema pelo facto da escola ser um local em que o assistente social pode realizar a sua prática, como refere Ander-Egg (1995) uma das áreas de atuação do assistente social é a educação. Para promover o Serviço Social no contexto educativo, pelo facto de a população com que o assistente social trabalha ser uma população jovem, onde este poderá ter um papel mais preventivo sobre certos comportamentos que poderão ser de risco, sendo necessário conhecer o meio que neste caso é a escola, os agrupamentos, e também, o programa onde este se insere, pois o assistente social deve ter o máximo conhecimento possível para realizar uma melhor intervenção. De acordo com Ander-Egg e Idáñez (2007), é necessário ter conhecimento da realidade social e dos problemas sociais para realizar uma intervenção adequada.

A realização da presente dissertação, tem como objetivo sistematizar a prática do assistente social nos agrupamentos de escolas TEIP. Deste modo, é importante Identificar problemáticas associadas aos alunos sinalizados junto do assistente social, analisar metodologias de intervenção do assistente social no contexto escolar junto do aluno, da escola, da família e da comunidade e tipificar a prática do assistente social no contexto escola numa relação articulada entre problema e o suporte (recursos de apoio à intervenção)

A presente investigação divide-se em quatro capítulos, no capítulo I intitulado de “Sistema Educativo Português e Serviço social” são abordados a definição e os princípios do Sistema Educativo através da Lei de Bases do Sistema Educativo. No sentido de perceber o que é o agrupamento de escolas, recorreu-se ao decreto-lei que define o agrupamento de escolas e quais os critérios da sua constituição. O sistema educativo em Portugal está organizado em vários níveis de formação, níveis esses que também são descritos neste I

capítulo. No ponto dois do mesmo capítulo, é feita uma análise, à organização pública do ensino obrigatório em Portugal, desde 1822, ano em que as constituições consagram pela primeira vez o direito à educação através de um sistema público de ensino, bem como, os apoios sociais associados à educação e o percurso do Serviço Social na educação desde os SPO até aos dias de hoje.

O capítulo II, “Escola, Comportamentos de Risco e Serviço Social” são definidos conceitos fundamentais para a realização da dissertação, como, o conceito de escola, e Serviço Social escolar, já que a investigação se centra na prática do assistente social nas várias escolas que compõem os agrupamentos e também o conceito de comportamentos de risco, para assim perceber quais os comportamentos considerados de risco para serem intervencionados. Para compreender como funcionam as escolas agrupadas recorreu-se também ao exemplo de um agrupamento de escolas, como exemplo, analisando o seu regulamento interno e o seu plano educativo. São apresentados, neste mesmo capítulo, os programas e projetos, alguns deles com a presença do assistente social no seu decurso, que foram surgindo no sistema educativo. É de extrema importância abordar também, algumas perspetivas teóricas, pertinentes, do serviço social na educação, para assim perceber quais as mais utilizadas na prática do assistente social.

No que respeita, ao capítulo III, é de salientar que é nesta fase que se define o campo empírico da investigação, a natureza da mesma, o universo e amostra bem como as técnicas de recolhas de dados utilizadas.

No capítulo IV, são examinados os resultados da investigação. Nesta fase são analisadas as entrevistas, seguindo-se assim, o cruzamento de dados empíricos e teóricos para responder aos objetivos da investigação.

Por último, são apresentadas as grandes conclusões da dissertação e ainda a bibliografia utilizada para a realização da mesma.

## **CAPÍTULO I – SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS E SERVIÇO SOCIAL**

### **1. Sistema Educativo Português – Ciclos e Agrupamentos**

Na presente dissertação é importante e pertinente rever algumas leis relacionadas com a educação para perceber como funciona o sistema educativo. Assim sendo, de acordo a lei nº 46/1986, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pela lei nº 115/1997, de 19 de Setembro e esta última com as alterações à lei nº 49/2005 de 30 de Agosto referentes à Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece no artigo 1º a definição do Sistema Educativo<sup>1</sup> que de forma sucinta é um conjunto de meios que concretizam o direito à educação. A Lei de Bases do Sistema Educativo consagra ainda no artigo 2º os princípios gerais<sup>2</sup> onde é de salientar o

---

<sup>1</sup> 1 - A presente lei estabelece o quadro geral do sistema educativo. 2 - O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade. 3 - O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de ações diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas. 4 - O sistema educativo tem por âmbito geográfico a totalidade do território português - continente e Regiões Autónomas -, mas deve ter uma expressão suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que vivam comunidades de portugueses ou em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa. 5 - A coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente vocacionado para o efeito.”

<sup>2</sup> 1 - Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República. 2 - É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. 3 - No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios: a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas; b) O ensino público não será confessional; c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas. 4 - O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho. 5 - A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros

direito à educação a todos, a responsabilidade do Estado na promoção da democratização do ensino garantindo a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino e a resposta as necessidades resultantes da realidade social.

É ainda pertinente abordar o agrupamento de escolas e os ciclos de ensino. O decreto-lei n.º 137/2012 de 2 de junho de 2012, anunciado em Diário da Republica, altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, também alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, define ainda agrupamento de escolas, bem como, as respetivas finalidades e critérios de constituição.<sup>3</sup>

---

e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.”

<sup>3</sup> 1- O agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de educação pré -escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista à realização das seguintes finalidades: a) Garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré -escolar que o integram, numa lógica de articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de escolaridade; b) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino; c) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar; d) Racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas e estabelecimentos de educação pré -escolar que o integram.

2 - A constituição de agrupamentos de escolas obedece, designadamente, aos seguintes critérios: a) Construção de percursos escolares coerentes e integrados; b) Articulação curricular entre níveis e ciclos educativos; c) Eficácia e eficiência da gestão dos recursos humanos, pedagógicos e materiais; d) Proximidade geográfica; e) Dimensão equilibrada e racional.

3 - Cada uma das escolas ou estabelecimentos de educação pré-escolar que integra o agrupamento mantém a sua identidade e denominação próprias, recebendo o agrupamento uma designação que o identifique, nos termos da legislação em vigor.

4 - O agrupamento integra escolas e estabelecimentos de educação pré -escolar de um mesmo concelho, salvo em casos devidamente justificados e mediante parecer favorável das câmaras municipais envolvidas.

5 - No processo de constituição de um agrupamento de escolas deve garantir -se que nenhuma escola ou estabelecimento de educação pré-escolar fique em condições de isolamento que dificultem uma prática pedagógica de qualidade.

6 – (...)os requisitos e condições específicos a que se subordina a constituição de agrupamentos de escolas são os definidos em regulamentação própria.

7 - No exercício da respetiva autonomia, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, podem ainda os agrupamentos de escolas ou as escolas não agrupadas estabelecer com outras escolas, públicas ou privadas, formas(...)de cooperação e de articulação (...) podendo (...) constituir parcerias, associações, redes ou outras formas de aproximação e partilha que, de algum modo, possam contribuir para a prossecução de algum ou alguns dos objetivos previstos no presente artigo.

O Sistema Educativo Português organiza-se em vários níveis de educação, formação e aprendizagem. A educação pré-escolar é facultativa destinada a crianças entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, a educação pré-escolar é complementar da ação educativa da família. O ensino básico vai dos 6 aos 15 anos de idade, e organiza-se em três ciclos. O 1.º ciclo é de quatro anos, o 2.º é de dois e o 3.º é de três anos. Já o ensino Secundário compreende apenas um ciclo de três anos. Por último, o ensino superior contempla o ensino universitário e o ensino politécnico.<sup>4</sup>

O 1.º ciclo, visa o desenvolvimento de competências básicas em Língua Portuguesa, Matemática, Estudo do Meio e Expressões. Através do alargamento do horário de funcionamento para um mínimo de oito horas diárias, as escolas impulsionam atividades de enriquecimento curricular como o ensino obrigatório do Inglês, apoio ao estudo para todos os alunos, a atividade física e desportiva, o ensino da Música e de outras expressões artísticas e de outras línguas estrangeiras. O 2.º ciclo, o ensino está organizado por disciplinas e áreas de estudo pluridisciplinares. Enquanto o 3.º ciclo, o ensino está organizado por disciplinas. Em que os objetivos são o desenvolvimento de competências necessários à entrada na vida ativa ou ao prosseguimento de estudos.(Idem)

O ensino secundário está organizado de duas formas, orientado para o prosseguimento de estudos ou para o trabalho. A duração do secundário é de três anos letivos e abrange quatro tipos de cursos:

- científico-humanísticos vocacionados para o prosseguimento de estudos;
- com Planos próprios;
- artísticos especializados, vocacionados, consoante a área artística, para o prosseguimento de estudos ou orientados na dupla perspetiva da inserção no mundo do trabalho e do prosseguimento de estudos;
- profissionais vocacionados para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e ao mesmo tempo permite o prosseguimento de estudos;
- Ensino recorrente na modalidade de ensino recorrente;
- de ensino vocacional.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> [www.dgidec.min-edu.pt](http://www.dgidec.min-edu.pt)

<sup>5</sup> [www.dgidec.min-edu.pt](http://www.dgidec.min-edu.pt)

Assim sendo, cada aluno pode optar conforme as suas aptidões e consoante o seu desejo de continuar os estudos e ingressar ensino superior ou ainda então, após o término do secundário, entrar para o mercado de trabalho.

Quanto ao aluno que frequenta os estabelecimentos de ensino, é também regulamentado por a Lei nº51/2012 de 5 de setembro que aprova o Estatuto do aluno e Ética Escolar onde se estabelece os direitos e deveres dos alunos e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e restantes membros da comunidade educativa na sua formação e educação. No âmbito do tema da dissertação é importante salientar do artigo 7º nº1 as alíneas a), b), g), i), j) e l)<sup>6</sup> que diz respeito aos direitos dos alunos. De acordo com a lei de aprovação do estatuto do aluno, este tem ainda, em conjunto com os pais ou encarregados de educação, quando os mesmos são menores, a responsabilidade de cumprimento dos deveres de assiduidade e pontualidade.

## **2. Organização Pública do Ensino Obrigatório**

As constituições portuguesas, desde 1822, consagram o direito à educação e que esta deve ser garantida através de um sistema público de ensino. (Leitão, 2014 in Rodrigues, 2014) A evolução em Portugal, em termos de educação, foi grande desde a aprovação da Lei de Bases em 1986. As políticas educativas em Portugal “envolveu centenas de peritos, implicou a realização de estudos e o lançamento de programas especiais ou de iniciativas inovadoras” (Rodrigues et al.,2014:37) ao longo dos anos para garantia da sua concretização.

Rodrigues (2010), refere que em Portugal todas as crianças e jovens com menos de 17 anos frequentam a escola, isto significa que uma percentagem elevada da população não

---

<sup>6</sup> a) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, condição económica, cultural ou social ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas; b) Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades no acesso;(…) g) Beneficiar, no âmbito dos serviços de ação social escolar, de um sistema de apoios que lhe permitam superar ou compensar as carências do tipo sociofamiliar, económico ou cultural que dificultem o acesso à escola ou o processo de ensino;(…) i) Beneficiar de outros apoios específicos, adequados às suas necessidades escolares ou à sua aprendizagem, através dos serviços de psicologia e orientação ou de outros serviços especializados de apoio educativo; j) Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral, beneficiando, designadamente, da especial proteção consagrada na lei penal para os membros da comunidade escolar; (...) l) Ver garantida a confidencialidade dos elementos e informações constantes do seu processo individual, de natureza pessoal ou familiar.

estará no mercado de trabalho desqualificado nos dias de hoje. Com o empenho de escolas, com programas de combate ao trabalho infantil e com políticas como a do alargamento da escolaridade obrigatória em 1986, a evolução das taxas de escolarização em Portugal surgem grandes mudanças na sociedade portuguesa.

A questão dos apoios sociais está intimamente relacionada com o ensino obrigatório e o princípio da igualdade de oportunidades, cabendo ao Estado aplicar medidas (...) que garantam uma discriminação positiva das famílias com menores recursos. (Pinto, 2014 in rodrigues, 2014:181)

Ou seja, com o ensino obrigatório compete ao estado apoiar famílias com menos recursos. O ensino gratuito em Portugal surge pela primeira vez na primeira metade do século XIX, nesta altura o ensino primário torna-se também obrigatório para todos, ficando a cargo das famílias e das entidades locais o ingresso escolar obrigatório de todas as crianças a partir dos 7 anos. Mesmo havendo esta obrigatoriedade não foram tomadas medidas de apoio a famílias com menos rendimentos. (Pinto:2014 in Rodrigues:2014) Foi em 1870 que foi criado o princípio da escolaridade obrigatória que abrangia crianças entre os 7 e os 15 anos. Mas apenas em 1970 se torna efetiva a obrigatoriedade de educação básica e gratuita com duração de 8 anos. (Rodrigues, 2010) A partir de 1910, com a instauração da república é garantido aos portugueses e estrangeiros residentes no país o ensino primário obrigatório e gratuito, mas só em 1918 surge uma medida "...evidenciando uma preocupação com a prestação a todos os alunos de um serviço de alimentação escolar, através da institucionalização de cantinas, e uma preocupação de igualdade de oportunidades para as famílias de menores recursos." (Pinto, 2014 in Rodrigues, 2014:182)

Com o Estado Novo, o ensino primário elementar continua a ser obrigatório, porém a sua efetuação passa a ser responsabilidade principalmente da família. Durante a primeira fase do Estado Novo o ensino obrigatório deixa de ser gratuito e só os mais pobres estavam isentos de pagar propinas e ainda poderiam ainda usufruir de bolsas de estudo se lhes fossem "reconhecidas capacidades morais e intelectuais". (Pinto, 2014 in Rodrigues, 2014:183) Só na década de sessenta é que o ciclo complementar começa a ser obrigatório e gratuito como o elementar, nesta altura a isenção de propinas aplicar-se-ia de forma distinta aos ensinos liceal e profissional. Como refere Pinto (2014) in Rodrigues (2014) havia mais isenções de propinas nas escolas profissionais do que nos liceus, pois nas primeiras estava a maioria de alunos mais desfavorecidos. Para além disto as escolas profissionais assentavam no bom comportamento e nos liceus no aproveitamento escolar.

Com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986<sup>7</sup>, alargou-se para 9 anos de escolaridade. Sendo estas as qualificações mínimas exigidas para ocupar cargos na função pública. De acordo com Rodrigues (2010) em 2005 o governo tinha por objetivo a escolaridade obrigatória até aos 18 anos. Mas para isto ser possível seria necessário medidas para preparar as famílias e os jovens como o alargamento da Ação social escolar, mais cursos de educação e formação de nível básico para os alunos com mais de 15 anos que não tinham completado o ensino básico regular e ainda diversificar a oferta formativa com os cursos profissionais. Em 2007 é iniciada uma requalificação e modernização do parque escolar que responde às exigências da formação.

Em 2009 de acordo com a Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto publicada em Diário da Republica é estabelecido o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar, que de acordo com o nº1 do artigo 2º, consideram-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, e consagra também a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

De acordo com Rodrigues (2010), nos últimos anos, foi muito importante a investigação e o desenvolvimento científico em várias áreas e ainda a realização de informação estatística e outra informação de base científica. Esta informação estatística permite conhecer a dimensão de problemas ou fenómenos sociais para desta forma obter recursos necessários a sua resolução. Mas são os estudos de base científica que possibilitam um profundo conhecimento dos problemas importante na articulação entre o conhecimento e a decisão. O país evoluiu muito no que respeita à educação, com a ajuda de peritos que realizaram trabalhos importantes para as ciências da educação e para a política educativa.

A escolaridade unificada e de democratização das escolas foram aprofundadas por Rui Grácio. O conceito de escola básica integrada foi desenvolvido por Eurico Lemos Pires enquanto que João Sebastião estudou a articulação entre ciclos de ensino a “...melhoria da organização pedagógica e do trabalho dos professores, designadamente no primeiro ciclo”.(Rodrigues,2010:47) Estes dois peritos contribuíram para a tomada de decisões políticas como “...a constituição das novas unidades orgânicas em agrupamentos verticais de escolas, a colocação plurianual dos professores e o encerramento de escolas isoladas.” (Rodrigues, 2010:47) Stoer e Cortesão sugeriram políticas de discriminação positiva fomentando a promoção da equidade no sistema educativo, através de trabalhos assentes em

---

<sup>7</sup> Lei nº46/86 de 14 de outubro

“...questões da desigualdade social e escolar e os obstáculos colocados à escola no cumprimento da sua missão...” (Rodrigues, 2010:48)

### **3. Ação Social no Sistema Educativo**

O ensino obrigatório e a igualdade de oportunidades estão relacionadas com os apoios sociais e por isso é da responsabilidade do estado “aplicar medidas – auxílios económicos diretos, cedência de livros e material escolar, bolsas de estudo, empréstimos – que garantam uma discriminação positiva das famílias com menores recursos.” (Pinto, 2014 in Rodrigues, 2014:181) A obrigatoriedade no ensino também obriga a condições como seguros, transportes escolares, cantinas escolares e alojamento.

Em 1910, surge uma medida que assenta na preocupação em prestar a todos os alunos alimentação escolar e preocupação da igualdade de oportunidades para famílias mais desfavorecidas através da institucionalização de cantinas. (Pinto, 2014 in Rodrigues, 2014)

O Ministério da Instrução Pública responsabiliza-se, em 1923, por uma medida que consistia em multar pais que não inscrevessem as crianças em idade escolar, criando assim, nas escolas primárias, uma “caixa escolar”, para gerir as receitas das multas. “Os fundos da “caixa escolar” destinava-se a custear pequenas reparações de equipamentos, aquisição de material, excursões ou passeios escolares e livros para alunos carenciados.” (Pinto, 2014 in Rodrigues, 2014:182)

Como referido anteriormente, com o Estado Novo a responsabilidade da escolarização das crianças vai ser essencialmente da família. Ainda durante o Estado Novo, pelo menos durante os primeiros anos de vigência o apoio às famílias com menos recursos tem um carácter assistencialista e é nessa altura que é criada a Obra das Mães pela Educação Nacional que tem como finalidade:

dispensar aos filhos dos pobres assistência necessária para que possam cumprir a obrigação de frequentar a escola, designadamente pela instituição de cantinas, distribuição de uniformes, distribuição de livros e fortalecimento das caixas escolares (Pinto, 2014 in Rodrigues, 2014:183)

É nesta altura que o ensino deixa de ser gratuito e só os mais desfavorecidos podiam ter isenção de propinas e beneficiar de bolsas de estudos. Esta situação é mantida até 1964 em que o ciclo complementar será obrigatório e gratuito tal como o elementar.

Na década de 60 vão surgindo conceitos de igualdade de oportunidades e condições adequadas ao aproveitamento escolar. Neste sentido é aplicada de forma distinta, como já referido anteriormente, nos ensinos liceal e profissional. Como refere Pinto (2014) in Rodrigues (2014) havia muitas mais isenções de propinas nas escolas profissionais do que nos liceus, pois nas primeiras estava a maioria de alunos mais desfavorecidos. Para além disto as escolas profissionais assentavam no bom comportamento e nos liceus no aproveitamento escolar. Os alunos do ensino liceal e profissional poderiam ainda usufruir de bolsas de estudos.

Portugal, com a necessidade de maior integração na economia europeia precisava de mão-de-obra qualificada para chegar a novos mercados e por isso começa, segundo Pinto (2014) in Rodrigues (2014), a apostar mais na educação, a partir de 1971, com a chamada “Reforma Veiga Simão”. Nesta altura foi criado o Instituto de Ação Social Escolar (IASE) que começou a coordenar e planear as políticas de ação social escolar da educação. Este instituto teve como atribuições facilitar os estudos para além da escolaridade obrigatória, criando condições aos estudantes para que estes possam tirar o máximo de rendimento dos estudos. Portanto foram previstos assim auxílios económicos, bolsas de estudo, subsídios, isenções de propinas, empréstimos, algumas prestações de serviços como saúde escolar e assistência médica, alojamento, alimentação, transportes, seguros, material didático, campos de férias, informação e procuradoria e serviço de emprego. (.Pinto, 2014 in Rodrigues, 2014)

O IASE foi reorganizado em 1973, desta reorganização criou-se um Núcleo de Ação Social Escolar (NASE) em que as atividades eram desenvolvidas por docentes que os diretores elegessem até 1974, sendo substituídos por funcionários recrutados entre os docentes que não obtinham colocação. (Pinto:2014) Estes núcleos foram substituídos em 1979 pelos Serviços de Ação Social Escolar (SASE) “dirigidos e coordenados pelos Secretários dos Conselhos Diretivos, órgãos a quem compete planear e garantir a execução das atividades da ação social escolar no respetivo estabelecimento, em cooperação com outros órgãos, serviços e instituições.” (Pinto, 2014 in Rodrigues, 2014:186) Em 1984 as competências de ação social escolar passam a ser responsabilidade dos municípios do continente e em 1989 parte do apoio socioeducativo passa para as Direções Regionais de Educação, que devido a estas transferências de competências levou à extinção, em 1993, do IASE.

De acordo com Mendonça (2009), a par da utilidade económica a utilidade social passou a ter mais relevância. A educação contribui assim na atualidade, para a gestão de questões sociais principalmente no combate à exclusão social.

A partir de 2008 muitas destas responsabilidades tem vindo a ser asseguradas pelas autarquias locais, o conhecimento por parte das autarquias da realidade local ajuda na definição e aplicação de políticas sociais. (Pinto,2014 in Rodrigues, 2014)

As políticas de educação, que surgiram entre 2005 e 2009, têm origem em dois momentos da reforma educativa em Portugal, a reforma de Veiga Simão e a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986. Estes dois ainda hoje orientam as políticas educativas em Portugal. (Rodrigues, 2010) Pinto (2014) in Rodrigues (2014), aborda as principais modalidades da Ação Social Escolar<sup>8</sup>.

Assim sendo, verifica-se que ao longo dos tempos em Portugal, as preocupações do estado em relação à educação vão-se modificando, não sendo apenas, preocupação central a escolarização da população pois, têm vindo a ser criadas medidas de ação social para a melhoria da educação de forma geral e as condições, a vários níveis, dos alunos que frequentam as escolas. A ação social escolar visa “garantir a igualdade de oportunidades e a

---

<sup>8</sup> Refeitório; que proporciona aos alunos uma alimentação racional. O seu financiamento é feito pelos utentes e pelo estado; Bufetes; que a par das cantinas também oferece alimentação aos alunos e nos casos de alguma escola não disponibilizar de refeitório o bufete fornece aos alunos refeições ligeiras em que nos estabelecimentos de ensino básico pode ser fornecido um suplemento alimentar aos alunos com menos recursos; Auxílios económicos diretos; destinado a alunos de agregados familiares com menos recursos que tenham necessidade de comparticipações em encargos diversos com a educação. Estas comparticipações são atribuídas conforme os escalões de abono de família; Alojamento; destinado a alunos dos ensinos básico e secundário, com objetivo de assegurar alojamento, aos alunos que necessitam ser deslocados para continuação dos estudos, por razões pedagógicas ou por não poderem ser transportados diariamente para os estabelecimentos de ensino. As mensalidades são pagas pelos alunos conforme os escalões; Leite Escolar; tem como objetivo fornecer leite escolar e outros alimentos nutritivos a todas as crianças do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico da rede pública de educação; Papelaria escolar; é disponibilizado nas escolas com 2º e 3º ciclo do ensino básico ou secundário com o objetivo de fornecer aos alunos material necessário às atividades escolares; Seguro Escolar; visa o deslocamento de alunos da sua residência para o estabelecimento de ensino, são as autarquias locais que têm competência de assegurar o transporte escolar; Bolsas de Mérito; destinada para comparticipar encargos inerentes à frequência de ensino secundário de alunos que estejam em situação de poderem beneficiar economicamente de auxílios no âmbito ASE e ainda alunos que no ano anterior obtiveram classificações de mérito.; Alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente; estes alunos independentemente da situação económica beneficiam de alimentação, transportes, manuais e material escolar como os alunos integrados no escalão A e ainda um valor igual ao destinado a material escolar para aquisição de tecnologias de apoio; Bolsa de estudo; com o alargamento da escolaridade obrigatória foi criada no âmbito da proteção nos encargos familiares. Destinada a alunos do ensino secundário com aproveitamento escolar, menores de 18 anos e cujo agregado familiar corresponde ao 1º ou 2º escalões do abono de família.

criação de condições para o sucesso escolar das crianças e alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino...” (Pinto,2014 in Rodrigues, 2014:195)

#### **4. Percurso do Serviço Social no Sistema Educativo**

Em Portugal, de acordo com o referido por Almeida (2011) apoiado em Camacho (2000) na sua dissertação de mestrado, o Serviço Social no sistema educativo surge nos anos setenta no Instituto de Ação Social Escolar, integrado nos Serviços de Ação Social. O objetivo desta integração do Serviço Social era minimizar as situações carência social e económicas dos alunos e famílias.

No que respeita à integração do Serviço Social na educação os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) criados pelo Decreto-lei nº190/91, no seguimento do regime jurídico estabelecido na Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro que se refere à educação extra-escolar, no artigo 26º da lei referida estão patentes os objetivos da educação extra-escolar<sup>9</sup>, são um marco importante na profissão e é com a criação destes que começam a aparecer os primeiros assistentes sociais nas escolas. Os SPO são criados em 1991 no seguimento do referido anteriormente, e é no artigo 2º do Decreto-lei nº190/91 que ficou assim, patente a natureza dos SPO<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> 1-A educação extra escolar tem como objetivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência. 2 - A educação extra escolar integra-se numa perspetiva de educação permanente e visa a globalidade e a continuidade da ação educativa. 3 - São vetores fundamentais da educação extra-escolar: a) Eliminar o analfabetismo literal e funcional; b) Contribuir para a efetiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram o sistema regular do ensino ou o abandonaram precocemente, designadamente através da alfabetização e da educação de base de adultos; c) Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade; d) Preparar para o emprego, mediante ações de reconversão e de aperfeiçoamento profissionais, os adultos cujas qualificações ou treino profissional se tornem inadequados face ao desenvolvimento tecnológico; e) Desenvolver as aptidões tecnológicas e o saber técnico que permitam ao adulto adaptar-se à vida contemporânea; f) Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com atividades de natureza cultural.

<sup>10</sup> 1-(...)unidades especializadas de apoio educativo, integradas na rede escolar, que desenvolvem a sua ação nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. 2 – Os serviços, de acordo com o nível de educação e ensino em que se integram, atuam em estreita articulação com os outros serviços de apoio educativo (...) designadamente os de apoio a alunos com necessidades escolares específicas, os de ação social escolar e os de apoio de saúde escolar.

Neste decreto-lei, fica estabelecido que o SPO deve ser constituído por equipas de técnicos como psicólogos, “técnicos Serviço Social” e de docentes habilitados com cursos de especialização adequados. Mas apesar do decreto-lei especificar os técnicos que a devem constituir os SPO estes não especificam as funções do Serviço Social. Porém, este foi um marco importante para o serviço social permitindo que os assistentes sociais entrassem no sistema educativo.

Através de uma entrevista exploratória a Matos (2015)<sup>11</sup>, foi possível concluir que os assistentes sociais, depois da sua integração pelos SPO na educação, só mais tarde vieram a ser contratados para as escolas pelo PIEF no âmbito do PEETI que mais tarde foi substituído pelo PETI e posteriormente pelo PIEC. O PIEF foi criado pelo Despacho conjunto n.º 882/99 do Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, posteriormente revisto pelo Despacho conjunto n.º 948/2003 dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, publicado a 26 de Setembro em Diário da República n.º223, II série. De acordo com o n.º2 do presente despacho o PIEF tem como objetivo “favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória a menores e a certificação escolar e profissional de menores a partir dos 15 anos, em situações de exploração infantil”

Posteriormente, as contratações de assistentes sociais para âmbito escolar viriam a ser feitas no âmbito dos TEIP, é e neste âmbito, que ainda, hoje são contratados. De acordo com a Direção Geral de Educação:

a relação escola-família-comunidade é um dos pilares de intervenção do programa, que passa pela constituição de equipas multidisciplinares que envolvem técnicos - como, por exemplo, psicólogos e técnicos de serviço social - professores e, eventualmente, assistentes operacionais.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Fátima Matos licenciada em Serviço Social, assistente social no Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna em Lisboa, foi coordenadora nacional do PIEC, formadora no Ministério da Educação e Direção Geral da Educação

<sup>12</sup> [www.dge.mec.pt/teip](http://www.dge.mec.pt/teip)



## **CAPÍTULO II – ESCOLA, COMPORTAMENTOS DE RISCO E SERVIÇO SOCIAL**

### **1. Dimensões Conceptuais**

A escola, na perspectiva de Durkheim, é uma instituição que funciona como “uma fábrica de cidadãos, desempenhando um papel central na integração social”(Canário, 2005:62) Esta, como instituição, tem um “papel fundamental de unificação cultural, linguística e política.” (Canário, 2005:63)

Para Cristo (2013) “A educação é um dos principais motores do desenvolvimento social e económico das sociedades” (Cristo, 2013:11) O sistema educativo está em constante mudança como refere o autor as “políticas evoluem tal como as sociedades e as suas necessidades, e um bom sistema educativo é aquele que acompanha essa evolução, sempre capaz de responder às necessidades educativas da população.” (Cristo,2013:11)

Os sistemas de educação não são os únicos que dão formação e que produzem conhecimento, de acordo com Teodoro (2010). Apesar disto, “desde a construção dos modernos sistemas de educação de massas (...) a escola tornou-se um espaço central de integração social e de formação para o trabalho” (Teodoro, 2010:9)

Segundo o autor, a massificação dos sistemas levou a uma mudança da escola. A escolarização de todos implica assim, ter jovens com:

dificuldades sociais ou de aprendizagem, todos os jovens conflituosos e agressivos, todos os jovens de todas as culturas marginalizadas. Significa transportar para a escola todos os problemas sociais, que, desse modo, se tornaram problemas escolares. (Teodoro, 2010:9)

Segundo Simões (2007) a escola é fundamental para o bem-estar dos adolescentes e é um fator de proteção no que respeita aos comportamentos desviantes. “A perceção de um bom ambiente escolar e de segurança, o sentimento de pertença à escola e de ligação aos colegas e aos professores são fatores importantes para o sucesso escolar.” (Simões, 2007:89). A escola deve criar condições para que os jovens se sintam bem nela pois, de acordo com o autor

apoiado em Bearman (1998), Bonny et al., (2000) e Samdal et al., (1998), a realização acadêmica será melhor.

A escola é considerada “um lugar de aprendizagem e de convivência social que deve oferecer não apenas um espaço físico e organizacional, mas também um espaço relacional, de convivência, de cooperação e de resolução de conflitos.” (Marques, 2002:12) Esta é um organismo importante na “promoção das condições necessárias ao desenvolvimento de sociedades mais coesas, socialmente mais justas, culturalmente mais inovadoras e economicamente mais avançadas.” (Barros et al, 2007:7) A escola desde sempre foi pensada para preparar o indivíduo para o seu futuro. Hoje, segundo Cristo (2013), a escola tem dificuldades em antecipar os desafios do futuro pois estes estão em contante mudança, e portanto serão diferentes dos do passado.

A temática dos riscos têm ganho alguma importância, no que refere os riscos que desencadeiam desastres (Areosa, 2008 apoiado em Turner et al., 1997), a acidentes graves (Areosa,2008 apoiado em Perrow, 1999; Reason, 1997) ou quando não há unanimidade sobre o que estes podem produzir (Areosa,2008 apoiado em Adams, 2005). Os comportamentos de risco principalmente os que dizem respeito aos adolescentes, são um sério problema da sociedade nos dias de hoje, como, “o abandono escolar, roubos, consumo de drogas e álcool, vandalismo, destacam-se como os mais frequentes” (Pinto, 2012:16, apoiada em Wegner & Flisher, 2009).

De acordo com a tese de mestrado de Silva (2009) apoiada em Haggerty, Sherrod, Gamezy e Ruter (2000), o reconhecimento de crianças e adolescentes expostos a fatores de risco é uma preocupação, assim sendo, é necessário perceber que a exposição a estes fatores pode explicar-se através de situações de stresse, biológicas e psicossociais, como, a “prematuridade, desnutrição, baixo peso, lesões cerebrais, atraso no desenvolvimento, família desestruturada, minoria social, desemprego, pobreza, dificuldade de acesso à saúde e educação.” (Silva,2009:13) Simões (2007) refere que os fatores que desencadeiam comportamentos de risco são biológicos, psicológicos, cognitivos. Simões (2007) refere que existem práticas que colocam em risco a saúde, o bem-estar e também a própria vida dos jovens como o consumo de substâncias, a violência, o suicídio os acidentes, distúrbios alimentares, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. Alguns comportamentos desviantes, dos jovens, como o roubo, vandalismos e abandono escolar estão frequentemente relacionados com os comportamentos de risco para a saúde. (Simoes, 2007 citando Gottfredson, Sealock, e Koper, 1996; Stouthamer-Loeber, Homish, e Wei, 2001)

Simões (2007) refere alguns comportamentos considerados de risco na adolescência. Um deles é o consumo de substâncias que para o autor constitui um dos principais problemas comportamentais na adolescência. Outro dos comportamentos de risco mencionado pelo autor é a delinquência juvenil muitas vezes associada aos consumos e a outros problemas comportamentais, que em nada não favorecem o bem-estar do jovem.

A delinquência juvenil traduz-se na violação da lei ou na realização de atos considerados inadmissíveis para crianças ou adolescentes. Estes atos envolvem a destruição ou o roubo de propriedade, a prática de crimes violentos contra pessoas, posse ou venda de álcool ou drogas, posse ilegal de armas, e ainda comportamentos que apenas são considerados desviantes para os indivíduos que não atingiram a maioridade como é o caso da vadiagem, fuga de casa, posse ou uso de álcool. (Simões, 2007:227 apoiado em Kelly et al.,1997)

O Serviço Social, segundo a definição aprovada pela Assembleia Geral da Federação Internacional dos Assistentes Sociais (FIAS) e da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social(AIESS), em junho de 2014 <sup>13</sup> é;

uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas , o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social.(FIAS e AIESS, 2014)

Os principais pressupostos da profissão de assistente social são;

promoção da mudança social, do desenvolvimento social, da coesão social, do empowerment e a liberdade, reforço da capacitação e da emancipação das pessoas. (...)uma profissão e uma disciplina científica que reconhece que a interação entre os fatores históricos, culturais, espaciais, políticos e socioeconómicos e os fatores pessoais/individuais, pode funcionar quer como uma oportunidade ou como barreiras na promoção do bem-estar e do desenvolvimento humano. Os obstáculos estruturais contribuem para a perpetuação das desigualdades, da discriminação, da exploração e da opressão. (idem)

O Serviço Social assenta em princípios que se baseiam;

---

<sup>13</sup> <http://www.apross.pt/>

no respeito pelo valor intrínseco e dignidade de todos os seres humanos, não causar dano e pelo respeito pela diversidade e pela defesa dos direitos humanos e justiça social. (...) O serviço social abrange os direitos da primeira, da segunda e da terceira geração. Os direitos da primeira geração referem-se aos direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão, de consciência e de liberdade contra a tortura e detenções arbitrarias; os de segunda geração referem-se aos direitos socioeconómicos e culturais, incluindo os direitos à educação, à saúde, à habitação e a línguas minoritárias, e os direitos de terceira geração centram-se no mundo natural, no direito à biodiversidade das espécies e da equidade intergeracional. (idem)

Portanto, para o assistente social na sua prática o mais importante é a pessoa tendo por isso sempre em conta o interesses desta, recorrendo a um conjunto de instrumentos que garantam os direitos do indivíduo e também a estruturas sociais com vista ao bem-estar social.

O Serviço Social desde a sua base assenta em múltiplas atividades que visam o bem-estar da sociedade. É importante ter uma visão vasta do Serviço Social identificar o seu potencial e ter responsabilidade. (Bartlett, 1993)

Durante anos o Serviço Social centrou-se no trabalho com o indivíduo e com pequenos grupos. Depois disto, a profissão foi abalada pelo reconhecimento “(...) de urgentes problemas sociais, pelo aparecimento e proliferação de novos programas de saúde e de bem estar social.” (Bartlett,1993:6) O assistente social, em várias situações, como é o caso da prática deste nas escolas não trabalhar sozinho mas sim com uma equipa multidisciplinar tendo de saber assim qual as suas funções. Funções essas que de acordo com Ander-Egg (1995) poderão ser específicas do assistente social ou compartilhadas com outros profissionais.

Esta profissão trabalha para transformar uma dada realidade. Portanto, tem de dar uma resposta às necessidades dos indivíduos. (Caparrós, 1998) Segundo a autora existem autores que concebem o Serviço Social como uma forma de ação social, arte de assistir, como atividade que contribui para o funcionamento social, outros como uma forma técnica e científica de melhorar as relações humanas. Nos dias de hoje, a pessoa já não é considerada só nos aspetos individuais também é considerada numa dimensão coletiva e social.

A intervenção do assistente social, “ayuda a vivir, y no solo a sobrevivir(...) acompaña la marcha hacia una mejora individual y colectiva de su situación.” (Robertis, 2003:66) Deve centrar-se na procura de soluções duradouras dos problemas presentes e ainda ter como objetivos a prevenção dos problemas e a promoção da pessoa, ajudar a inserção, acompanhar a pessoa na aquisição de competências e autonomia.

O Serviço Social tem um leque abrangente de áreas de atuação. Sendo assim, como se pode verificar pode atuar no sistema educativo. Como refere Ander-Egg (1995) uma das áreas de atuação do assistente social é a educação.

Na educação, como refere Ander-Egg “os trabalhadores sociais ocupados nesta área (...) integram-se em equipas interprofissionais de caráter psicopedagógico.” geralmente o assistente social faz a ponte entre a criança, família, escola e comunidade, “dentro de atividades que inter-relacionam com o meio e com o apoio à situação de criança-problema”.(Ander-Egg, 1995:29) O Assistente Social, geralmente integrado em equipas de apoio à escola desenvolve a sua prática procurando integrar no meio escolar crianças com problemas de adaptação, dar informação necessária junto dos professores sobre o meio social onde os alunos desenvolvem as suas vidas e que poderão condicionar o percurso escolar.

Na área da educação o trabalho do Assistente Social assenta em:

trabalho com famílias de crianças em situações problemáticas; promover e assessorar associações de pais ou cooperativas escolares, não apenas para que contribuam na manutenção da escola e para que estejam informados a respeito dos seus filhos(...)para tratarem dos problemas de educação dos filhos. (Ander-Egg,1995:30)

Neste sentido, na educação o papel do assistente social prende-se mais com o trabalho com a família, para que participem e ajudem na resolução dos problemas escolares dos filhos.

Para além das tarefas que cabem ao assistente social, estes participam também em ações ao lado de outros profissionais como:

desenvolvimento de programas de formação para pais de alunos para fazer com que estes compreendam e assumam as suas responsabilidades quanto à educação dos filhos; educação compensatória através de programas de desenvolvimento individual elaborados com a participação de pais e professores. (Ander-Egg, 1985:30)

As escolas, segundo Barros et al (2007), devem promover estratégias para o envolvimento das famílias na vida escolar do aluno. Desta forma, é importante o contributo do assistente social na escola pois, como já referido anteriormente, este trabalha não apenas com o aluno mas também com a família. Desta forma, através de programas de formação e em parceria com os professores, cabe ao assistente social trabalhar competências parentais para que os pais participem na educação dos filhos assumindo esta como uma responsabilidade.

## 2. Agrupamentos de Escolas

O agrupamento de Escola Marquesa de Alorna, rege-se pelo Regulamento Interno que de acordo com o artigo numero 1, do Regulamento Interno (RI)<sup>14</sup>, publicado em Diário da República, “deve criar as condições necessárias ao desenvolvimento do processo educativo, zelando pelo pleno exercício dos direitos e deveres da comunidade educativa”(RI:2014), assim como, é dever do agrupamento a promoção do cumprimento da escolaridade obrigatória, prevenindo desta forma, situações de insucesso escolar, “deve criar as condições necessárias ao desenvolvimento do processo educativo, zelando pelo pleno exercício dos direitos e deveres da comunidade educativa” (RI:2013)

As escolas que integram o Agrupamento de Escola Marquesa de Alorna, como o disposto, artigo número 2, no Regulamento Interno têm o dever de promover:

- a) Defesa dos valores nacionais, num contexto de solidariedade com gerações passadas e futuras;
- b) Liberdade de aprender e ensinar, no respeito pela pluralidade de doutrinas e métodos;
- c) Democraticidade na organização e participação de todos os interessados no processo educativo e na vida da Escola;
- d) Iniciativa própria na regulamentação do funcionamento e atividades da Escola;
- e) Inserção da Escola no desenvolvimento conjunto de projetos educativos e culturais, em resposta às solicitações do meio. (RI, 2013:2)

É notório que o Agrupamento, como o disposto no ponto 5, do artigo numero 2, do Regulamento Interno, deverá promover medidas adequadas para a resolução dos problemas existentes, assim como, sempre que se verifique situações de risco “no que concerne à sua saúde, segurança ou educação”, tendo como suporte para a resolução dos problemas, a solicitação de “cooperação das autoridades administrativas, policiais, judiciais, e entidades públicas e particulares competentes.” (RI, 2013:2)

O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna<sup>15</sup>, baseia-se no Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei no 224/2009, de 22 de abril e pelo Decreto-Lei no 137/2012, de 2 de julho, que aprova o regime de Autonomia, Administração e Gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

---

<sup>14</sup> [www.marquesa-alorna-lisboa.pt/](http://www.marquesa-alorna-lisboa.pt/)

<sup>15</sup> [www.marquesa-alorna-lisboa.pt/](http://www.marquesa-alorna-lisboa.pt/)

O documento estende-se a quatro anos letivos, sendo que este é fundamental para o agrupamento, e que tem como objetivo de orientar e que explicitar os princípios e valores, metas e estratégias, no intuito, de levar a cabo as funções educativas (PEA, 2013:3).

O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna tem em atenção as particularidades da comunidade escolar no seu todo, assim como os projetos que decorrem, nos distintos estabelecimentos que integram o agrupamento.

O agrupamento, tem a colaboração de Associações de Pais e Encarregados de Educação e das Juntas de Freguesias, entre outras entidades que acompanham e apoiam o trabalho realizado nos diferentes estabelecimentos de ensino que integram do Agrupamento. (PEA, 2013:4)

### **3. Práticas do Serviço Social no Sistema Educativo**

O Serviço Social está muitas vezes inserido na educação por meio de programas de combate ao insucesso escolar e abandono escolar. É importante fazer uma abordagem a alguns dos programas que tem vindo a ser implementados na educação pois muitos dele são importantes para a compreensão da prática do assistente social na educação. Ao longo das décadas de oitenta e noventa verificou-se um aumento na preocupação com o funcionamento da escola, nesta altura a oferta educativa e curricular ganham uma maior importância e a presença de técnicos não docentes de varias áreas na educação torna-se muito importante para o seu funcionamento.(Rodrigues, 2014)

No ano de 1987, de acordo com Álvares e Calado (2014) in Rodrigues (2014), com a tomada de posse do XI Governo Constitucional, entra como programa o combate ao insucesso escolar, principalmente nos ensinios iniciais de educação e nos meios mais desfavorecidos e ainda o fortalecimento da Ação Social Escolar (ASE). Neste sentido, é aprovado o Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE) que vai de encontro aos compromissos do programa do governo. O PIPSE visava “reforçar a ação e os meios educativos em zonas prioritárias de intervenção”. A par da avaliação deste programa, que Álvares e Calado (2014) referiram ser “reduzida e pouco estruturada”, e das recomendações da Conferencia Mundial Sobre “Educação Para Todos” é criado o Programa Educação Para Todos(PEPT). As intenções do programa eram tão abrangentes e ambiciosas como as do PIPSE. (Álvares e Calado, 2014)

Após 10 anos, no ano 1996/97, da aprovação da Lei de Bases todos os alunos até aos 14 anos cumpriam escolaridade obrigatória.

Segundo Álvares e Calado (2014) in Rodrigues (2014) a diversificação de currículos alternativos para o combate ao insucesso teve uma importância crescente tendo aumentado o número de turmas do ano letivo 1996/97 de 135 para 403 no ano letivo de 1998/99. Foram regulamentados os cursos de educação e formação profissional como forma de prevenir o abandono escolar. Em 1997/98, foram criadas as disciplinas de Estudo Acompanhado, Área de Projeto e Educação para a Cidadania.

No sentido de intervir nas causas do insucesso e abandono escolar, de acordo com Álvares e Calado (2014) in Rodrigues (2014), o Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) e o Programa para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), dão continuidade aos programas anteriores (PIPSE e PEPT).

Em 1996, com investigações na relação territórios de exclusão e escola surge em Portugal o programa TEIP. O programa TEIP permitia as escolas sinalizadas pelo Ministério da Educação, em zonas problemáticas e com dificuldades em obter resultados escolares idênticos à média nacional que “apresentassem projetos educativos específicos (...) para responder a problemas locais diagnosticados, permitindo-lhes aceder a apoios especiais (...) para a concretização das atividades” (Álvares e Calado, 2014 in Rodrigues 2014:210)

O primeiro Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) visava a integração social e educativa de jovens em meios desfavorecidos, este foi criado em 1996 através do Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de agosto. Este programa, criado em 1996, foi uma alavanca para o surgir de “experiências pedagógicas com bons resultados e para a emergência de dinâmicas locais de trabalho de projeto” (Álvares e Calado, 2014 in Rodrigues, 2014:210-211)

O PETI surge em 1999, este centra a sua intervenção no combate à eliminação do trabalho infantil. O programa, além desta intervenção, constituiu no âmbito do programa os Percursos Integrados de Educação e Formação (PIEF), destinada aos jovens que abandonavam precocemente a escola, um marco importante para a integração no mercado de trabalho, com a vantagem de ter horários ajustados bem como currículos e conteúdos no sentido de reintegração destes ao sistema educativo. (Álvares e Calado, 2014 in Rodrigues, 2014)

O Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC), sucede ao Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), competindo a este, como refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2009 de 2 de Setembro, em articulação

com o Instituto da Segurança Social, a promoção de respostas e o apoio à produção de respostas na área da inclusão social com vista a prevenir e combater as situações indiciadas e ou sinalizadas de crianças e jovens em risco de exclusão social (idem)

Entre 2003 e 2010 vai existir um forte investimento nas políticas de promoção do sucesso escolar. O ensino secundário, é neste período, a referência para as intervenções no sistema educativo e formativo. Neste período são verificadas melhorias nos resultados no desempenho do sistema de educação e formação e o abandono escolar precoce tem uma quebra acentuada. (Álvares e Calado, 2014 in Rodrigues, 2014)

As pressões internacionais, de acordo com Álvares e Calado (2014) in Rodrigues (2014), levaram a um maior cuidado com a melhoria do desempenho do sistema, que gerou respostas em Portugal, originando, o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNAPAE), apresentado em 2004, com o objetivo de diminuir as taxas de abandono escolar e de saídas precoces. Porém, no mesmo ano é abandonado no seguimento da queda do governo.

Com a mudança de governo foram sendo substituídos os cursos Tecnológicos pela oferta de cursos profissionais, a ampliação dos cursos profissionais e dos Cursos de Educação-Formação (CEF), foram uma medida importante de promoção do sucesso e combate ao abandono escolar precoce. (Álvares e Calado, 2014 in Rodrigues, 2014) Esta época evidenciou-se pela execução de medidas pedagógicas com objetivo de recuperação das aprendizagens no ensino regular. Mas também foi marcado pela criação de um conjunto de medidas que visaram:

responder a problemas de insucesso e abandono escolar a territórios ou públicos muito específicos...atuando diretamente sobre fatores específicos. As medidas de política com maior expressão neste domínio foram os Cursos de Educação-Formação (CEF), os Percursos Curriculares Alternativos (PCA) e o Programa TEIPII, o Programa de Português Língua Não Materna e o Projeto Escola Móvel. (Álvares e Calado, 2014 in Rodrigues, 2014:221)

Os CEF, de acordo com Álvares e Calado (2014) in Rodrigues (2014), são dirigidos a jovens que já atingiram os 15 anos e ainda não completaram a escolaridade obrigatória, são implementados, e ainda hoje continuam em vigor, através do Despacho conjunto nº279/2002 de 12 de Abril.

Os PCA de acordo com, Despacho Normativo nº 1/2006 de 6 de janeiro, publicado em Diário da República destinam-se a grupos específicos de alunos até aos 15 anos de idade, que apresente várias características conforme o disposto no artigo I do mesmo despacho<sup>16</sup>

No seguimento do primeiro programa TEIP surge o TEIPII que se apresenta como uma medida de combate ao insucesso e abandono escolar com o objetivo de:

intervir sobre territórios com índices de sucesso educativo abaixo da média nacional, pretendendo fomentar a elaboração de projetos educativos centrados na otimização dos recursos e na articulação das intervenções dos vários parceiros-famílias e comunidades locais-promovendo sinergias entre programas e medidas de política social e educativas em curso. (Álvares e Calado, 2014 in Rodrigues, 2014:222)

Os fatores, de acordo com Álvares e Calado (2014) in Rodrigues (2014), relevantes para o sucesso destas ações devem-se às ofertas educativas e formativas de orientação pedagógica e também o reforço de profissionais externos como assistentes sociais, psicólogos, mediadores culturais dando novas competências às escolas.

O Terceiro Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIPIII) foi criado pelo Despacho Normativo nº20/2012 de 03 de outubro, no seguimento do Programa TEIPII. A partir do ano letivo de 2012/2013 foi relançado o Terceiro Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária que pretende, de acordo com Despacho Normativo nº20/2012 de 03 de outubro, publicado em Diário da República 2º serie, alargar a medida e reforçar a autonomia das escolas, que pelo facto de estarem num contexto como referem “desafiante”, devem implementar projetos próprios, apoiados e justificados no conhecimento que têm sobre as realidades locais.

O Programa TEIP III, está a ser desenvolvido em 137 Agrupamentos, distribuídos pelas 5 Direções Regionais de Educação: 49 no Norte, 11 no Centro, 49 em Lisboa e Vale do Tejo, 17 no Alentejo e 11 no Algarve<sup>17</sup>. Os objetivos principais do programa TEIPIII são:

---

<sup>16</sup> a) Ocorrência de insucesso escolar repetido; b) Existência de problemas de integração na comunidade escolar; c) Ameaça de risco de marginalização, de exclusão social ou abandono escolar; d) Registo de dificuldades condicionantes da aprendizagem, nomeadamente: forte desmotivação, elevado índice de abstenção, baixa autoestima e falta de expectativas relativamente à aprendizagem e ao futuro, bem como o desencontro entre a cultura escolar e a sua cultura de origem. 2 — Os alunos com percursos curriculares alternativos que tenham atingido os 15 anos de idade e não tenham ainda concluído a escolaridade obrigatória deverão ser integrados em cursos de educação e formação.

<sup>17</sup> Dados fornecidos pela Direção de Serviços de Estatística da Educação, Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Melhorar a qualidade das aprendizagens traduzida no sucesso educativo dos alunos; Combater a indisciplina, o abandono escolar precoce e o absentismo; Criar condições para a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida ativa; Promover a articulação entre a escola, os parceiros sociais e as instituições de formação presentes no território educativo.<sup>18</sup>

Os agrupamentos de escolas TEIP estão situados em zonas compostas por:

um grande número de alunos que pertencem a grupos identificados como em risco de exclusão escolar e social, como a etnia cigana, imigrantes ou filhos de imigrantes cuja língua materna não é a língua portuguesa. Estes alunos, assim como outros que não pertencem a estes grupos em particular, são oriundos de famílias em situação de pobreza, desemprego, dependências, etc.<sup>19</sup>

A promoção da inclusão de todos os alunos na escola de acordo com a direção geral de educação:

vai muito além das paredes da sala de aula e que assenta numa intervenção integradora, envolvendo professores, pessoal não docente, técnicos das áreas das ciências sociais e humanas, famílias e comunidade, onde se tenta promover a permanência do aluno na escola e a melhoria das aprendizagens.<sup>20</sup>

Os agrupamentos TEIP têm promovido hábitos de saúde pessoal e social, preparam os docentes para a diversidade social dos alunos através de formação em tutorias, é também uma das áreas de intervenção do programa, o envolvimento das famílias no percurso escolar dos alunos, bem como a sua capacitação, por meio de contactos frequentes e através de ações de sensibilização, formação.<sup>21</sup>

Apesar destas medidas que foram sendo implementadas ao longo dos anos, Cristo (2013), refere que em Portugal há pouca reflexão sobre políticas de educação, que segundo o autor, está relacionado com o facto de faltar informação sobre o tema ou por se produzir “literatura académica demasiado desligada do debate público”.(Cristo, 2013:13) O autor refere ainda, que há necessidade para se contrariar isto, pois “a qualidade do debate público sobre o futuro da nossa educação determinará a qualidade do diagnóstico das necessidades e a pertinência das soluções propostas.” (Cristo, 2013:12)

---

<sup>18</sup> [www.dgidec.min-edu.pt/teip](http://www.dgidec.min-edu.pt/teip)

<sup>19</sup> [www.dgidec.min-edu.pt/teip](http://www.dgidec.min-edu.pt/teip)

<sup>20</sup> [www.dgidec.min-edu.pt/teip](http://www.dgidec.min-edu.pt/teip)

<sup>21</sup> [www.dgidec.min-edu.pt/teip](http://www.dgidec.min-edu.pt/teip)

#### **4. Perspetivas Teóricas do Serviço Social na Escola**

O modelo psicossocial de acordo com Caparrós (1998) é caracterizada pela preocupação pelo bem estar do indivíduo. O modelo foi baseado nos trabalhos de Freud sobre a compreensão do indivíduo. Para este modelo o “caso social no está determinado ni por el tipo de cliente ni por el tipo de problema, sino que es un «acontecimento vivo», compuesto por factores tanto internos como externos.” (Caparrós,1998:169)

A teoria psicanalítica, é a teoria em que este modelo se apoia tem importância para o Serviço Social na análise e compreensão do indivíduo e a sua situação. Segundo Caparrós(1998), esta teoria ajuda a perceber as relações interpessoais, oferece elementos de entendimento da conduta humana, conhecimentos sobre as necessidades dos indivíduos que precisam ser satisfeitas para que este se possa desenvolver de forma adequada na relação com o meio, proporciona conhecimentos para a compreensão de mecanismos que permitem o crescimento e o processo que leva a criança dependente uma situação mais madura. Oferece ainda “una teoría sobre los mecanismos defensivos de los individuos ante los problemas...aporta una teoría de las relaciones sociales: explica cómo la vida y la evolución psicoafectiva de todo individuo son producto del intercambio del niño com los padres” (Caparrós, 1998:170) ou seja, teorias que nos dizem como os indivíduos se comportam perante os problemas e que nos mostram que a família tem importância na evolução do indivíduo.

São diferenciadas duas formas de teoria dos sistemas no Serviço Social a teoria geral dos sistemas e a teoria ecológica dos sistemas. (Payne, 2002) A teoria dos sistemas relaciona-se com o sucesso das teorias psicológicas. O autor refere que o indivíduo “depende de sistemas no seu ambiente social imediato para conseguirem uma vida satisfatória”(Payne,2002:200) Portanto, é necessário que o assistente social se centre nesses sistemas. Payne (2002) e Viscarret (2007) fazem referência a três tipos de sistemas que ajudam o indivíduo:

1.sistemas informais ou naturais (como a família, amigos, o carteiro, os colegas de trabalho); 2.sistemas formais (como grupos comunitários, sindicatos); 3.sistemas sociais (por exemplo, hospitais, escolas). (Payne, 2002:200)

Porém, podem existir problemas na utilização desses sistemas pois, estes podem não existir, por o indivíduo não ter recursos necessários ao seu acesso ou por estes sistemas não serem adequados; podem também não os conhecer ou então não estarem dispostos, por várias

razões a utilizá-los; as suas normas podem ainda criar novos problemas aos utilizadores e por fim os sistemas podem entrar em conflito entre si. (Payne, 2002)

O Serviço Social tenta perceber onde é que as interações entre o indivíduo e o seu meio estão a causar problemas para então ter uma intervenção adequada. O objetivo do modelo é fazer um diagnóstico da problemática tendo com base um enfoque sistémico em que as interações e comunicações entre sistemas são importantes e em seguida planear uma intervenção. (Viscarret, 2007)

Na teoria ecológica, segundo Gomes (2011) apoiada em Dupper (2003):

as crianças não podem ser vistas como caso isolado, são inseparáveis dos sistemas sociais. Esta teoria permite...Mais do que ver os problemas das crianças como distúrbios, os problemas são vistos como falta de ajuste entre as crianças e o seu meio envolventes. (Gomes, 2011:13)

A prática do Serviço Social do ponto de vista ecológico, para Payne (2002) assenta no “modelo de vida” essência da teoria dos sistemas ecológicos, desenvolvido por Germain e Gitterman (1980). Este modelo “vê as pessoas como que em constante adaptação num intercâmbio com muitos aspetos diferentes do seu ambiente. Ambos mudam e são mudados pelo ambiente, diz-se então que há uma *adaptação recíproca*.” (Payne,2002:205) Alguns problemas sociais, podem no entanto, afetar o ambiente social reduzindo essa reciprocidade. Portanto, é necessário um ajuste equilibrado com o seu ambiente. Para Payne (2002) apoiado em Germain e Gitterman (1980) o Serviço Social tem como principal objetivo, que o indivíduo consolide as suas capacidades de adaptação e também influencie os seus ambientes para que as mudanças sejam o mais adaptativas possível.

Nas mudanças de vida Payne (2002) refere que há problemas que surgem pela falta de adaptação a essa mesma mudança, é portanto, fundamental para a readaptação do indivíduo intervenção do assistente social. A relação entre o assistente social e o utente é importante para “entrar no mundo do cliente” é então perceber a história deste. Por isso, o autor refere três fases que criam esta relação que são a inicial, intermédia ou de avanço e a finalização.

Na fase inicial, Payne(2002) refere que, o assistente social tenta perceber o problema em questão e adquire contacto emocional com o utente. O utente quando procura os serviços deve encontrar um ambiente acolhedor e o assistente social deve encorajá-lo a contar a sua história. Nesta fase, o utente e o assistente social entram em acordo sobre o problema e o que compete a cada um fazer. Portanto, devem ser definidas responsabilidades assentes nos problemas, prioridades e compromissos. A fase intermédia é centrada na mudança de uma ou

mais áreas acima referidas. Nesta fase de transições o assistente social deve auxiliar o utente a progredir. Os papéis do assistente social são: capacitar, ensinar e facilitar. As redes sociais são importantes para o utente, Payne (2002), neste sentido refere que o assistente social tem como papel, mediar, advogar e organizar. Na mediação o assistente social ajuda o utente e o sistema a lidar um com o outro; advoga pressionando outros para que intervenham organiza, levando o utente ao contacto e à criação de novas redes sociais. Na fase de finalização o assistente social deve preparar o seu trabalho tendo em conta outras experiências de perda ou separação que o cliente tenha tido. Pois nesta fase o utente e o assistente social “ podem ser influenciados por uma separação dolorosa, pelo que precisam de uma preparação e trabalho cuidadosos para que a relação termine.”(Payne, 2002:210)

Outra alternativa à teoria ecológica que Payne (2002) refere citando Meyer (1983), é a perspectiva dos ecossistemas esta defende que é mais flexível do que o modelo de vida. Esta perspectiva propõe “avaliar redes de apoio familiares e ambientais utilizando genogramas e ecomapas como dispositivos visuais”(Gilgun, 1994 citado por Payne, 2002:211)

Para Payne (2002) a análise das redes nos sistemas apoios sociais é de veras importantes nas teorias de sistemas. É importante identificar as redes sociais e entendê-las para ajudar o cliente a torná-las utilizáveis.

Os modelos comunicacionais, de acordo com Restrepo (2003) e Ferreira (2011), identificam-se como fundamento de ação social na contemporaneidade. As dimensões integracionistas, fenomenológicas e hermenêuticas têm grande importância nestes. São também importantes na perceção da “complexidade da conduta humana, através da relação e da relação interpessoal, verificamos através da integração do sujeito no meio, da subjetividade da ação, as vivências e experiências, dando muito relevo às questões relacionais.” (Ferreira, 2011:239)

A introdução da mediação, na área da educação, tem vindo a decorrer de uma “forma mais lenta e com mais dificuldades, sobretudo no âmbito da educação formal.”(Jares, 2002:151) Apesar disto, ao longo dos anos, a resolução de conflitos e a mediação na educação tem vindo a ganhar lugar nos países Europeus.

Para o autor Jares (2002), o mediador é alguém que facilita o entendimento entre as partes em conflito, portanto a mediação é;

um procedimento de resolução de conflitos que consiste na intervenção de uma terceira parte, alheia e imparcial em relação ao conflito, aceite pelos litigantes e sem poder de decisão sobre eles, com o objetivo de facilitar um acordo por meio do diálogo e da negociação.(Jares, 2002:153)

O mediador não impõe soluções, “é esta a característica que lhe confere, precisamente, o seu carácter educativo, dado que as partes mantêm a sua capacidade de atuação e aprendizagem, como processo ativo, não só para o mediador mas, igualmente, para os protagonistas do conflito” (Jares, 2002:153)

O mediador tem como objetivos fundamentais segundo o autor:

-Favorecer e estimular a comunicação entre as partes em conflito, processo que costuma trazer consigo o controlo das interações destrutivas; - levar a que ambas as partes compreendam o conflito de uma forma global, e não apenas a partir da sua própria perspectiva; - ajudar a que ambas as partes analisem as causas do conflito, separando os interesses dos sentimentos; - favorecer a conversão das diferenças em formas criativas de resolução do conflito; - reparar, sempre que isso viável, as possíveis feridas emocionais que possam existir entre as partes em conflito.(Jares, 2002:153)



## **CAPÍTULO III – METODOLOGIA**

### **1. Campo Empírico**

O campo empírico desta investigação são as escolas/agrupamentos TEIP III do pré-escolar ao 3ºciclo de Lisboa e Vale do Tejo, que têm assistente social. Para saber quais as escolas/agrupamentos que dispõem de assistentes sociais, foram feitos contactos telefónicos com todas as escolas TEIPIII de Lisboa e Vale do Tejo. Foram ainda feitas, entrevistas semiestruturadas aos assistentes sociais destas e uma entrevista exploratória a uma assistente social.

A pesquisa empírica decorreu em 9 Agrupamentos de Escolas TEIP III com assistente social distribuído por 4 concelhos do distrito de Lisboa. A escolha de Lisboa e Vale do Tejo, na investigação é justificada pela impossibilidade de deslocação do investigador a outros pontos do país e também por ser a região do país que tem o maior número de agrupamentos/escolas não agrupadas TEIP III, sendo assim possível, ter uma visão mais ampla do papel do assistente social na educação.

### **2. Natureza da Investigação**

A presente investigação é uma investigação qualitativa sendo “uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem” (Vilelas:2009:105) assim sendo, faz sentido o presente trabalho assentar numa investigação qualitativa para assim perceber o papel do assistente social nas escolas. Grande parte das investigações qualitativas têm o objetivo de “compreender a realidade social das pessoas, grupos e culturas”.(vilelas,2009:105) Nas metodologias qualitativas segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013) não é necessariamente importante que a mesma seja representativa do universo pois “não procura uma representatividade estatística, mas sim uma «representatividade social» (Guerra,2006:40). É também um estudo exploratório, este, permite aumentar o conhecimento em torno do que esta

a ser investigado (Triviños, 1987) e também se recorre a ele “quando não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenómeno. (Richardson, 2012:66)

### **3. Universo e Amostra**

O universo é constituído por todo o conjunto que se quer estudar, de acordo com Bravo (2003), enquanto que “a amostragem é a operação que consiste em retirar um certo numero de elementos (isto é, uma amostra) de um conjunto de elementos que se pretende observar ou tratar (população)” (Albarello et al, 2005:57) A amostra é uma parte reduzida de uma população ou universo, a amostra representa uma fração do universo. Assim, o universo é constituído por 137 agrupamentos/escolas não agrupadas TEIPIII de Portugal. Destes agrupamentos/escolas não agrupadas TEIPIII, apenas fazem parte da investigação os agrupamentos/escolas não agrupadas de Lisboa e Vale do Tejo que são no seu total 49.<sup>22</sup>

Importa ainda, perceber qual a amostra da investigação. Existem 39 dos Agrupamentos/Escolas TEIP que têm pelo menos um assistente social, deste total foram escolhidos para a amostra 9 agrupamentos, assim sendo, foram realizadas 9 entrevistas a assistentes sociais desses mesmos Agrupamentos de Escolas TEIPIII de Lisboa e Vale do Tejo. A amostra da presente investigação, é uma amostra não probabilística por conveniência, escolher entre uma amostra não probabilística ou uma probabilística, depende dos objetivos do estudo que neste caso é sistematizar a prática do assistente social. Neste tipo de amostra “ a escolha dos elementos não depende da probabilidade, mas de causas relacionadas com as características da pesquisa ou de quem fez a amostra.” (Sampieri, Collado e Lucio, 2013:195) Quanto ao facto desta amostra ser por conveniência justifica-se pelo facto de ser centrada apenas nos casos disponíveis aos quais o investigador acesso. (Sampieri, Collado e Lucio, 2013) Quanto aos critérios de escolha dos 9 agrupamentos, prendem-se com o facto de o investigador ter uma maior facilidade de acesso, em termos de transporte a estes agrupamentos, para a realização das entrevistas; por estes agrupamentos terem mostrado grande abertura no fornecimentos de dados para a investigação, e ainda, de estas terem pelo menos 1 assistente social, visto que o objeto de estudo ser o Serviço Social na escola, não interessando assim investigar as escolas que não têm estes profissionais, pois é através dos assistentes sociais em contextos escolares que é possível responder aos objetivos iniciais.

---

<sup>22</sup> Dados fornecidos pela Direção de Serviços de Estatísticas da Educação, Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência a 10 de Dezembro de 2014

#### **4. Técnicas de Recolha de Dados**

As técnicas de recolha de dados utilizadas na presente investigação são as entrevistas semiestruturadas que são feitas a partir de um guião mas o entrevistador tem liberdade para fazer outras questões para ter outra informação ache necessário. (Sampieri, Collado e Lucio, 2013) Assim, foi formulado um guião de entrevista com dez perguntas e sempre que foi necessário o investigador reformulou ou colocou outra questão para que o entrevistado respondesse ao que era pretendido na investigação. Está ainda presente a análise documental, esta é feita através de documentos referentes à situação que estamos a investigar, “corresponde, do ponto de vista técnico, a uma observação de artefactos escritos.” (Lessard-Hébert et al, 2005:143) A investigação “requere que o investigador tome conhecimento dos trabalhos anteriores” (Fortin,1996:76) para analisar um tema de investigação e essencial “uma revisão que forneça o nível dos conhecimentos sobre o mesmo assunto”(Fortin, 1996:76 apoiado em Gauthier,1992)

O tratamento de dados consiste em “condensar ou resumir, em seguida, de organizar, estruturar ou decompor em fatores para por ultimo apresentar as relações, ou estruturas daí resultantes.”(Lessard-Hébert,Goyette e Boutin, 2005:117 e 118 citando Maren, 1987:48 e 49) A técnica de tratamento de dados utilizada na investigação é a análise de conteúdo é utilizada para cruzar os dados recolhidos por uma ou duas outras técnicas.( Lessard-Hébert,Goyette e Boutin, 2005) No caso da presente investigação foram cruzados os dados obtidos através da análise documental e das entrevistas semiestruturadas. Esta “incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, atas de reuniões ou relatórios de entrevistas.”(Quivy e Campenhoudt,2008:226)



## CAPÍTULO IV – RESULTADOS

É através do cruzamento de dados do quadro teórico presente na dissertação e da análise das entrevistas realizadas a assistentes sociais de alguns agrupamentos de escolas TEIP III de Lisboa e Vale do Tejo, que é possível dar resposta aos objetivos específicos do estudo.

Perante o quadro teórico apresentado ao longo da dissertação, é perceptível que a escolaridade em Portugal é obrigatória para crianças e jovens em idade escolar e que todos os cidadãos têm o direito à mesma. Assim, é importante garantir que estes tenham acesso à educação e ainda o dever de cumprir a sua obrigatoriedade.

No que concerne a importância do Serviço Social, nas escolas TEIP, é notório, que cada vez mais, este tem um papel fundamental, sendo reconhecido, pela escola e pelas instituições, pelas famílias, de um modo geral pela comunidade, como se pode verificar através de algumas das respostas dadas nas entrevistas pelos assistentes sociais, “É cada vez mais valorizado pelos professores, alunos, famílias, pelas instituições da comunidade.” (E1) “o serviço social em contexto escolar está a atravessar um momento de grande reconhecimento por parte de toda a comunidade educativa bem como da tutela. Estamos num momento de progressão.” (E6)

Para responder ao primeiro objetivo específico **“Identificar problemáticas associadas aos alunos sinalizados junto do assistente social”** é notório, que a intervenção do assistente social, nas escola TEIP, está frequentemente relacionada, com problemas socioeconómicos, otimização de comportamento, combate ao absentismo e abandono escolar, questões relacionadas com a família (problemas económicos, negligencia e relação escola-família) e muita desmotivação por parte dos alunos, como é perceptível na análise das entrevistas “o Serviço Social na nossa escola trata questões como a parentalidade, dentro da família, nas questões mais económicas” (E1,E2,E7, E9) “No âmbito do TEIP nós temos um plano de ações e a ação que ficou para o Serviço Social é a que trata questões relacionadas

com absentismo e o abandono, e portanto, existe um trabalho muito grande nesse sentido”(E1,E2,E4, E7, E9)

Segundo Simões (2007), a escola é fundamental para o bem-estar dos adolescentes e é um fator de proteção no que respeita aos comportamentos desviantes. Nas escolas as problemáticas que mais chegam aos assistentes sociais são, na sua maioria, “Questões muito relacionadas com o absentismo, abandono ...”(E1, E2, E3 ,E4, E5,E6,E8, E9), “Carência económica” (E1, E2,E3 ,E4, E5,E6, E7, E8,E9). Grande parte dos assistentes sociais, reportam ainda, que outros dos problemas sinalizados estão relacionados com questões de maus tratos e de negligência, sendo a indisciplina, a seguir, a problemática que mais se verifica nestas sinalizações. Não tão assinalados pelos assistentes sociais, são também sinalizados, problemas relacionados com o contato entre a escola e família, sendo que este condiciona o sucesso escolar dos alunos e ainda problemas relacionados com a desmotivação. Outras respostas apresentadas pelos profissionais de Serviço Social no que respeita aos problemas apresentados, são os comportamentos desviantes, problemas de saúde tanto físicos como psicológicos, alunos com estilos de vida e rotinas pouco saudáveis (consumo de drogas, alimentação desadequada), gravidez na adolescência e ainda relações familiares e famílias disfuncionais. Muitos dos problemas apresentados, de acordo com Simões (2007), colocam em risco a saúde, o bem-estar e também a própria vida dos jovens, o autor aponta como práticas de risco o consumo de substâncias, a violência, o suicídio os acidentes, distúrbios alimentares, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis.

Os alunos intervencionados pelos assistentes sociais nas escolas são na sua maioria, como se pode verificar pela análise das entrevistas, alunos oriundos de bairros sociais, alunos de diferentes culturas, etnias e nacionalidades, famílias com baixas habilitações, muitos dos pais estão desempregados, que em determinados casos o único sustento é o Rendimento Social de Inserção e portanto, na sua maioria são alunos/famílias com carência económica. Houve ainda, com menor propensão, referências a alunos com familiares ligados ao crime, e por vezes, com progenitores detidos, contextos de violência doméstica, negligencia parental, abusos e maus tratos e ainda, dependência de álcool. É de referir ainda, que alguns dos jovens estão institucionalizados entre os quais alguns deles retirados à família por ordem do tribunal. Estes contextos, identificados pelos assistentes sociais entrevistados, vão de encontro ao que o programa TEIP estipulou, ou seja estes agrupamentos devem estar situadas em zonas onde existe:

um grande número de alunos que pertencem a grupos identificados como em risco de exclusão escolar e social, como a etnia cigana, imigrantes ou filhos de imigrantes cuja língua materna não é a língua portuguesa. Estes alunos, assim como outros que não pertencem a estes grupos em particular, são oriundos de famílias em situação de pobreza, desemprego, dependências, etc.<sup>23</sup>

Desta forma, pode-se concluir que os objetivos do programa TEIPIII, mencionados no enquadramento teórico vão, na sua maioria, de encontro aos problemas apresentados.

O segundo objetivo proposto na investigação é **“Analisar metodologias de intervenção do assistente social no contexto escolar”**, assim, no que respeita as metodologias utilizadas, é notório, que são vários os que defendem que devem ser utilizadas diferentes metodologias de acordo com a situação apresentada. É de salientar que dois dos assistentes sociais referem ter por base o modelo sistémico e o modelo ecológico apesar de, se perceber que todos de alguma forma utilizam estas metodologias, pois trabalham com o indivíduo relacionando-o com os sistemas sociais e o meio envolvente. No primeiro, modelo sistémico, indivíduo “depende de sistemas no seu ambiente social imediato para conseguirem uma vida satisfatória”(Payne,2002:200) Payne (2002) e Viscarret (2007) fazem referencia a três tipos de sistemas que ajudam o indivíduo:

1.sistemas informais ou naturais (como a família, amigos, o carteiro, os colegas de trabalho); 2.sistemas formais (como grupos comunitários, sindicatos); 3.sistemas sociais(por exemplo, hospitais, escolas).(Payne, 2002:200)

No modelo ecológico, o autor refere que este “vê as pessoas como que em constante adaptação num intercâmbio com muitos aspetos diferentes do seu ambiente. Ambos mudam e são mudados pelo ambiente, diz-se então que há uma *adaptação recíproca.*” (Payne,2002:205) Portanto, o assistente social relaciona as pessoas com o seu ambiente no sentido de adaptação de ambas as partes. Alguns dos profissionais, referem a técnica de mediação familiar e de conflito, de acordo com Jares (2002) o mediador é alguém que facilita o entendimento entre as partes em conflito, portanto a mediação é “ um procedimento de resolução de conflitos que consiste na intervenção de uma terceira parte, (...), com o objetivo de facilitar um acordo por meio do diálogo e da negociação.”(Jares, 2002:153) Grande parte deles referem trabalhar em parceria, em rede com a escola e com o exterior, Payne (2002), refere que a análise das redes nos sistemas apoios sociais é de veras importante nas teorias de

---

<sup>23</sup> [www.dgidec.min-edu.pt/teip](http://www.dgidec.min-edu.pt/teip)

sistemas. É importante identificar as redes sociais e entendê-las para ajudar o cliente a torná-las utilizáveis. Dois dos assistentes sociais referem ainda que utilizam uma intervenção multidisciplinar e multidimensional. E apenas um deles refere a intervenção na crise.

Outro dos objetivos específicos da presente dissertação é **“Tipificar a prática do assistente social no contexto escola numa relação articulada entre problema e o suporte (recursos de apoio à intervenção)”** Para responder a este objetivo, verificamos que numa das escolas TEIP, um dos assistentes sociais, refere que o Serviço Social tem um papel de mediador, fazendo desta forma uma articulação entre a escola e a família. “o assistente social tem numa escola TEIP (...) o papel de mediador entre a escola e a família.”(E2) Na área da educação o serviço social assenta no “trabalho com famílias de crianças em situações problemáticas(...) não apenas para que contribuam na manutenção da escola e para que estejam informados a respeito dos seus filhos” (Ander-Egg,1995:30) mas também, contribuírem na resolução dos problemas. Portanto, o assistente social tem um trabalho fundamental com a família. Assim sendo, os profissionais podem, juntamente com outros profissionais, desenvolver “programas de formação para pais de alunos para fazer com que estes compreendam e assumam as suas responsabilidades quanto à educação dos filhos”.(Ander-Egg, 1985:30) Pois os pais/encarregados de educação têm várias responsabilidades, entre elas, o cumprimento dos deveres de assiduidade e pontualidade, de acordo com a Lei que aprova o estatuto do aluno. É perceptível que, nas escolas, o assistente social não trabalha sozinho, mas sim com uma equipa multidisciplinar tendo funções, com refere Ander-Egg (1995), poderão ser específicas do assistente social ou compartilhadas com outros profissionais. Como referem, os assistentes sociais entrevistados a intervenção, estende-se a articulação com outras áreas disciplinares, com outras instituições assim como, na comunidade em geral. “articulam com outras áreas disciplinares,(...) psicólogo...trabalho funciona muito em parceria”(E1,E9)

É de salientar que as escolas, em alguns casos, dão liberdade aos profissionais de serviço social para definir quais as questões em que devem incidir, portanto, nestes casos, cabe a estes profissionais definirem quais as suas prioridades “nós temos bastante autonomia para o trabalho, partimos muito da nossa sensibilidade e das questões que nos vão chegando”(E1 e E7) Bartlett (1993), refere que é importante ter uma visão vasta do Serviço Social identificar o seu potencial e ter responsabilidade. Porém, um dos entrevistados refere, não ter esta liberdade que é dada noutras escolas, “eu para fazer visitas domiciliárias tenho de

pedir autorização à direção, (...), aqui sinto-me muito fechada na escola não tenho reuniões com parceiros (não estou autorizada), se quiser alguma informação telefone.”(E5)

O Serviço Social, também tem um papel “fundamental a nível da prevenção de algumas problemáticas e também de intervenção quando elas já existem.”(E1) As intervenções realizadas, não se restringem ao contexto escola, mas alarga-se a comunidade “a intervenção por vezes vai para além da escola”(E1e E7) O assistente social também, tem uma intervenção “em casos de crise e situações de emergência tendo em conta o volume de trabalho existente.” (E3) No entanto, nem sempre os profissionais conseguem dar resposta a nível da prevenção. De modo geral, pode concluir-se com a análise feita às entrevistas que o assistente social tem vindo a progredir e a ganhar lugar numa escola TEIP, e cada vez mais, é visto como uma mais-valia no âmbito da educação.

Torna-se importante salientar que o assistente social tem variadas funções na escola, tendo uma ação fundamental, na mediação de conflitos, sendo que esta, não se restringe apenas a escola e família, mas sim a todo o meio envolvente, como o referido anteriormente no enquadramento teórico, “o Serviço Social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social”<sup>24</sup> é também, um dos objetivos do programa TEIP, “promover a articulação entre a escola, parceiros sociais e as instituições de formação presentes no território educativo.”<sup>25</sup> .

No sentido de prevenir, combater ou atenuar muitos dos problemas os assistentes sociais têm um leque de funções dentro de uma escola TEIP. Estes profissionais, referem que, fazem angariações, com vista a atenuar situações existentes problemáticas a vários níveis; fazem o acompanhamento e encaminhamento social dos alunos e famílias; promovem o envolvimento dos pais/encarregados de educação na educação dos alunos; participam e organizam projetos que visam desenvolver o trabalho coletivo escola-família-comunidade, bem como; ações de sensibilização a vários níveis para a comunidade, para a comunidade educativa e para os pais/encarregados de educação e ações que visam promover as competências parentais e participa na orientação vocacional dos alunos como se pode verificar: “promover a participação e colaboração dos pais e encarregados de educação e da comunidade educativa no desenvolvimento socioeducativo dos alunos”(E2, E7 ), assim como, “(...) ações de esclarecimento e sensibilização para encarregados de educação em concreto competências parentais”(E3), “Assessoria à Direção na elaboração de candidaturas a

---

<sup>24</sup> [www.apross.pt/](http://www.apross.pt/)

<sup>25</sup> [www.dgidec.min-edu.pt/teip](http://www.dgidec.min-edu.pt/teip)

programas de promoção do sucesso educativo” (E6) . Coordena gabinetes existentes na escola de intervenção psicossocial e de apoio ao aluno. Como se pode observar ao longo da dissertação, os agrupamentos TEIP, têm promovido hábitos de saúde pessoal e social, preparam os docentes para a diversidade social dos alunos através de formação em tutorias, é também uma das áreas de intervenção do programa, o envolvimento das famílias no percurso escolar dos alunos, bem como a sua capacitação, por meio de contactos frequentes e através de ações de sensibilização, formação.<sup>26</sup>

O assistente social, faz visitas domiciliárias para conhecer as condições de vida das famílias e com o intuito de existir uma maior proximidade entre estes profissionais e a família, como refere, Ander-Egg e Idães (2007) é fundamental ter conhecimento da realidade social e dos problemas para intervir adequadamente. Na generalidade, estes profissionais articulam com várias instituições e representa a escola em reuniões com os parceiros da mesma, bem como, desenvolve novas parcerias. Está presente em reuniões internas, com a direção, com os pais, em conselhos de turma e articula com outros departamentos e serviços internos. Os agrupamentos de escolas, de acordo com decreto-lei 137/2012 de 2 de junho, no exercício da sua autonomia devem estabelecer com outras escolas formas de cooperação e articulação e ainda constituir parcerias no sentido de contribuir para a execução dos objetivos do agrupamento.

É perceptível que alguns alunos/famílias, necessitam de apoios ação social escolar, e neste sentido, o assistente social alerta para a necessidade do preenchimento dos documentos que estes apoios requerem, bem como, ajuda no preenchimento dos mesmos. Um dos apoios que esta presente nas escolas é o reforço alimentar, sendo que este é gerido em algumas das escolas pelo assistente social. No estatuto do aluno, pode verificar-se que um dos direitos é, beneficiar de ação social escolar para compensar ou superar carências a vários níveis. É de salientar ainda que a ação social escolar visa “garantir a igualdade de oportunidades e a criação de condições para o sucesso escolar das crianças e alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino...”(Pinto,2014 in Rodrigues, 2014:195) É de ressaltar ainda, que o Serviço Social abrange, segundo a FIAS e AIESS (2014), direitos considerados de segunda geração que dizem respeito aos direitos socioeconómicos e culturais

Apesar da intervenção dos profissionais de Serviço Social, ainda encontrar algumas barreiras, tais como o senso comum “o assistente social está cá para problemas económicos ou quando há fome, da parte das crianças e de alguns pais também há muito a ideia que se nós

---

<sup>26</sup> [www.dgidec.min-edu.pt/teip](http://www.dgidec.min-edu.pt/teip)

intervimos, vamos retirar alguma coisa e que vamos pôr as crianças nas instituições”(E5), e de acordo com a mesma entrevista, alguma falta de regulamentação, por vezes, dificulta a intervenção do assistente social. No entanto, é notório, que estes profissionais, tem um papel imprescindível nas escolas, sendo que a intervenção é cada vez mais reconhecida.

No que diz respeito, a intervenção solicitada aos assistentes sociais, é perceptível que todos os entrevistados afirmam, “Os alunos da nossa escola são os que (...) nos procuram”(E1, E2, E3,E4, E5,E6, E7, E9); “...o encarregado de educação e a família”(E1,E2, E3,E4, E5, E7,E6, E8, E9). Quatro dos assistentes sociais afirmam que as solicitações partem da comunidade educativa, nomeadamente diretores de turma e docentes em geral. Através das entrevistas realizadas foi possível constatar que muitas solicitações partem das instituições públicas, tais como, CPCJ, Segurança Social, Juntas de Freguesia e Polícia (Escola Segura), associações locais, hospitais e centros de saúde, sendo que, apenas um dos entrevistados refere, que as solicitações partem de ex-alunos. O Serviço Social, na sua intervenção, dirige-se também, a suportes sociais e familiares, portanto, de acordo com as entrevistas realizadas, os profissionais, sempre que necessário recorrem aos encarregados de educação, quando a intervenção não está a resultar recorrem à família alargada e em alguns casos à rede de amigos. O profissional trabalha “(...) com os alunos/famílias trabalho em conjunto com professores e técnicos e com as entidades parceiras.”(E2, E4, E8, E9), sendo estas, instituições locais, organismos públicos , autarquias (e outras entidades não referidas como parceiras) são um importante suporte na intervenção do assistente social pois muitas vezes as famílias/alunos são intervencionadas pelas várias entidades, apoiando-se assim umas nas outras. “na etnia cigana consigo às vezes transmitir informações e fazer convocatórias através da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos”(E9) Assim sendo, pode verificar-se, que como já referido anteriormente, com base no quadro teórico, o Programa TEIP valoriza e tem como objetivo promover a articulação da escola com outras entidades, destaca-se ainda, que a intervenção do Serviço Social na escola TEIP, no que respeita à promoção e inclusão de todos os alunos “vai muito além das paredes da sala de aula e que assenta numa intervenção integradora, envolvendo professores, pessoal não docente, técnicos das áreas das ciências sociais e humanas, famílias e comunidade, onde se tenta promover a permanência do aluno na escola e a melhoria das aprendizagens.”<sup>27</sup>

Como suporte de ação social nas escolas TEIP, existem políticas públicas relacionadas com a família e com a proteção de crianças e jovens. Uma das políticas de suporte a ação do

---

<sup>27</sup> <http://www.dgidec.min-edu.pt/teip>

assistente social nas escolas TEIP, são políticas de inclusão e igualdade, políticas de prevenção primária, secundária e terciária e políticas gerais de saúde. Nestas escolas, existem políticas públicas e sociais utilizadas como suporte que abrange a educação, a ação social escolar, as políticas de promoção e proteção dos estatutos dos alunos, assim como as políticas que consigam colmatar as carências económicas. O Serviço Social assenta em princípios que se baseiam na defesa dos direitos humanos. (FIAS e AIESS, 2014) A Lei de Bases do Sistema Educativo consagra o direito à educação, assenta ainda em princípios, dos quais se salientam, o direito a educação a todos, a responsabilidade do Estado na promoção da democratização do ensino garantindo a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino e a resposta as necessidades resultantes da realidade social. De acordo com, o estatuto do aluno, este deve ser tratado com respeito por qualquer membro da comunidade educativa, não podendo ser discriminado por razões étnicas, culturais, saúde etc. Devem usufruir do ensino e educação em condições de igualdade de oportunidades. Ter acesso a ação social escolar no sentido combater e atenuar algumas carências

A grande maioria dos assistentes sociais refere que, o Serviço Social na escola TEIP, tem uma condição privilegiada face aos serviços de intervenção intermedia, na escola podem ser observadas dinâmicas e ainda perceber problemas que, eventualmente, não acontece noutros serviços. Existindo na escola, pode significar, como refere um dos entrevistados, que muitas das situações não passam para serviços intermédios, mas por outro lado, também é referido por alguns assistentes sociais, que é pelo facto de o serviço social estar presente nas escolas TEIP que muitas das situações chegam a outros serviços porque são percebidos pelo Serviço Social no contexto da escola. É de salientar ainda, que é privilegiada a intervenção articulada entre os serviços de 1º linha e de 2º para assim, “evitar a sobreposição da intervenção”(E6)

Com a análise dos resultados, pode concluir-se, no que respeita aos problemas identificados, os que mais chegam ao Serviço Social no contexto da escola TEIP, estão relacionados com o absentismo, abandono escolar, indisciplina, vários comportamentos de risco (consumo de drogas, alimentação desadequada), a carência económica, abusos e negligencia, problemas de saúde tanto físicos como psicológicos, gravidez na adolescência e ainda relações familiares e famílias disfuncionais. É ainda perceptível, no que respeita aos contextos sociais, que muitos dos alunos intervencionados são imigrantes ou são de alguma etnia tendo um leque diversificado de culturas, muitos vivem em bairros sociais, é notório que existem pais/encarregados de educação que estão em situação de desemprego, com baixas

habilitações, e situação económica deficitária, sendo que alguns dos alunos estão expostos a situações de violência doméstica, alcoolismo e crime resultante de estruturas familiares disfuncionais.

Quanto às metodologias, os assistentes sociais, referem utilizar o modelo sistémico e ecológico, e ainda dão importância ao mesmo, no sentido de o Serviço Social recorrer mais a estes modelos. Como se pode verificar, não estão fechados para uma só metodologia, podendo assim, sempre que achem pertinente, adequar outras que não as habituais na sua prática. É perceptível que existem profissionais em contexto escolar que utilizam com grande frequência a técnica da mediação tanto a nível familiar com a nível dos conflitos. De forma sucinta, no que respeita à prática destes profissionais, fazem angariações; fazem o acompanhamento e encaminhamento social dos alunos e famílias; promovem o envolvimento dos pais/encarregados de educação na educação dos alunos; participam e organizam projetos; promovem e realizam ações de sensibilização a vários níveis para a comunidade, para a comunidade educativa e para os pais/encarregados de educação e ações que visam promover as competências parentais e participam na orientação vocacional dos alunos, articula com várias instituições e representa a escola em reuniões com os parceiros da mesma, desenvolve novas parcerias. Está presente em reuniões internas, com a direção, com os pais, em conselhos de turma e articula com outros departamentos e serviços internos. Para a realização da sua prática, o assistente social, utiliza suportes como a família, elementos da comunidade educativa que ache pertinente, as instituições locais, entidades parceiras, e ainda recorre a políticas de ação social escolar, relacionadas com família e com a proteção de crianças e jovens, políticas de inclusão e igualdade, políticas que visam atenuar as carências económicas.

Por fim, é importante mencionar algumas propostas dos assistentes sociais sobre, que Serviço Social propunham para o sistema educativo. É notório que, os assistentes sociais defendem que este deve estar presente em todas as escolas e não apenas em projetos como, o TEIP mas sim, que o Serviço Social faça parte do sistema educativo. Foram várias as propostas apresentadas pelos assistentes sociais entrevistados, tais com: ser aplicado um modelo sistémico que como foi já referido se centra também nos sistemas que o indivíduo depende, a importância de uma formação para o desenvolvimento profissional, existência de uma maior intervenção precoce, o assistente social como recurso ao sucesso educativo e ainda a importância da transformação do sistema, e não apenas, manter a ordem, indo de encontro com à reflexão de Robertis(2003), que refere que a intervenção “...ayuda a vivir, y no solo a sobrevivir... acompaña la marcha hacia una mejora individual y colectiva de su situación.”(Robertis, 2003:66) Ou seja, deve centrar-se na procura de soluções duradouras dos

problemas presentes. De acordo, com um dos entrevistados, é necessário “termos muita força como profissionais mas também é preciso que as nossas chefias mudem um bocado a perspectiva que têm sobre aquilo o que é o pretendido para o Serviço Social.”(E5) É de salientar ainda que um dos assistentes sociais propõe “O modelo que pratico, aliás, sou formadora no Ministério da Educação, Direção Geral da Educação (DGE) exatamente para promover a implementação deste modelo.”(E6) que tem por base o modelo sistémico ecológico e ainda “A técnica privilegiada é a mediação (familiar e de conflito). Intervimos nos eixos da prevenção e da reparação. A intervenção pretende-se multidisciplinar e multidimensional, identificando os fatores de risco e de proteção em cada uma das situações a intervir ou a mediar.”(E6)

## CONCLUSÃO

A investigação, permitiu a aquisição de conhecimentos sobre a prática do Serviço Social em contexto escolar, e também, perceber o funcionamento do Sistema Educativo em Portugal e como foi a sua evolução ao longo dos anos.

O Sistema Educativo, é definido pela Lei de Bases do Sistema Educativo que de forma sucinta é um conjunto de meios que concretizam o direito à educação. A educação em Portugal é obrigatória para todas as crianças e jovens em idade escolar. A investigação assenta na prática do Serviço Social nos agrupamentos TEIP, como pode verificar-se através da análise feita à legislação, no decorrer do enquadramento teórico, o agrupamento de escolas é uma unidade organizacional gerida e administrada por órgãos próprios, o agrupamento é constituído por estabelecimentos de educação pré-escolar e vários níveis de ensino. O Sistema Educativo Português organiza-se em vários níveis de ensino, o pré-escolar, 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo (os três últimos são referentes ao ensino básico) e o ensino secundário. É de salientar que o aluno que frequenta os estabelecimentos de ensino, é também regulamentado por o Estatuto do Aluno e Ética Escolar onde se estabelece os direitos e deveres dos alunos e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e restantes membros da comunidade educativa na sua formação e educação.

As constituições portuguesas, desde 1822, que consagram o direito a educação. Ao longo dos anos foi havendo evoluções, no que refere a obrigatoriedade de frequência escolar tendo esta vindo a aumentar até aos dias de hoje. Rodrigues (2010), refere que em Portugal todas as crianças e jovens com menos de 17 anos frequentam a escola. Esta frequência de jovens e crianças na escola como refere a autora, deve-se em grande parte ao empenho das escolas, aos programas de combate ao trabalho infantil e políticas como a o alargamento da escolaridade obrigatória em 1986, esta evolução das taxas de escolarização em Portugal levou a uma mudança na sociedade portuguesa. Com o ensino obrigatório surgem também medidas de Ação Social Escolar, em 1910, emerge uma medida que assenta na preocupação em prestar a todos os alunos alimentação escolar e na preocupação da igualdade de oportunidades para

famílias mais desfavorecidas através da institucionalização de cantinas. Ao longo dos tempos, verifica-se, que deixa de ser central a preocupação do Estado na escolarização da população pois têm vindo a ser criadas medidas de ação social para a melhoria da educação de forma geral e melhoria das condições dos alunos que integram o ensino.

O percurso do Serviço Social no sistema educativo surge nos anos setenta, no Instituto de Ação Social Escolar, integrado nos Serviços de Ação Social. Em 1991, suguem os SPO e é com a criação destes que começam a aparecer os primeiros assistentes sociais nas escolas, só mais tarde vieram a ser contratados para as escolas pelo PIEF no âmbito do PEETI que mais tarde foi substituído pelo PETI e posteriormente pelo PIEC. Na atualidade os assistentes sociais são contratados no âmbito do Programa TEIP.

No decorrer da investigação foi importante abordar conceitos como a “escola”, que na perspetiva de Durkheim, é uma instituição que funciona como “ uma fabrica de cidadãos, desempenhando um papel central na integração social”(Canário, 2005:62) Esta, como instituição, tem um “papel fundamental de unificação cultural, linguística e política.” (Canário, 2005:63) Esta é um organismo importante na “promoção das condições necessárias ao desenvolvimento de sociedades mais coesas, socialmente mais justas, culturalmente mais inovadoras e economicamente mais avançadas.”(Barros at al, 2007:7) A intervenção está relacionada também, com o conceito de “comportamento de risco” este, que é um problema da sociedade nos dias de hoje, como, “o abandono escolar, roubos, consumo de drogas e álcool, vandalismo, destacam-se como os mais frequentes” (Pinto, 2012:16, apoiada em Wegner & Flisher, 2009). Ressalta-se ainda que, de acordo com Simões (2007) existem práticas que colocam em risco a saúde, o bem-estar e também a própria vida dos jovens como o consumo de substâncias, a violência, o suicídio os acidentes, distúrbios alimentares, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. É a ainda pertinente abordar o “Serviço Social escolar” de acordo com a Federação Internacional dos Assistentes Sociais (FIAS) e da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AIESS), em junho de 2014, o Serviço Social é “uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa.”<sup>28</sup> O direito a educação é um dos princípios em que se baseia o Serviço Social.

---

<sup>28</sup> [www.apross.pt](http://www.apross.pt)

Como exemplo, para a perceção do funcionamento dos agrupamentos, analisou-se um agrupamento de escolas e verificou-se que o mesmo se rege por um Regulamento Interno<sup>29</sup>, que está subjacente às escolas que o integram. O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna tem em atenção as particularidades da comunidade escolar no seu todo, assim como os projetos que decorrem, nos distintos estabelecimentos que integram o agrupamento.

Ao longo dos anos, verificou-se que, têm vindo a ser implementados alguns projetos e programas, onde muitas vezes estão inseridos os assistentes sociais, como é o exemplo dos TEIP, que visam entre outros objetivos o combate ao insucesso escolar e abandono escolar. É de ressaltar ainda, que os agrupamentos TEIP para além de abrangerem certos objetivos, estão ainda situados em zonas onde se verifica a existência de um grande número de alunos que pertencem a grupos considerados de risco e outros oriundos de famílias com carências ou que apresentem algum tipo de dependências.

Foram abordadas algumas perspetivas teóricas do, Serviços Social, como o modelo psicossocial, a teoria psicanalítica, teoria dos sistemas no serviço social, a teoria geral dos sistemas, a teoria ecológica dos sistemas, modelos comunicacionais e ainda, a mediação.

O campo empírico desta investigação foram as escolas/agrupamentos TEIP III do pré-escolar ao 3º ciclo de Lisboa e Vale do Tejo, que têm assistente social. Para saber quais as escolas/agrupamentos que dispõem de assistentes sociais, foram realizados contactos telefónicos com todas as escolas TEIP III de Lisboa e Vale do Tejo. Recorreu-se a entrevistas semiestruturadas aos assistentes sociais destas e uma entrevista exploratória a uma assistente social. A presente dissertação é uma investigação qualitativa. O universo é composto por agrupamentos/escolas não agrupadas TEIP III de Lisboa e Vale do Tejo. Quanto a amostra da investigação foram escolhidos 9 agrupamentos, assim sendo foram realizadas 9 entrevistas a assistentes sociais desses mesmos agrupamentos.

Com a realização do enquadramento teórico e das entrevistas aos assistentes sociais pode concluir-se que, existem problemáticas como o absentismo, abandono escolar, indisciplina, carências económicas, maus tratos e negligência que são intervencionadas pelo assistente social. Os contextos sociais dos alunos que chegam ao Serviço Social em contexto educativo estão, geralmente, em consonância com os contextos que o programa TEIP III prevê, assim, os assistentes sociais destacaram os alunos imigrantes, de etnias diferentes, culturas diferentes, oriundos de bairros sociais, os pais/encarregados de educação muitas

---

<sup>29</sup> [www.marquesa-alorna-lisboa.pt](http://www.marquesa-alorna-lisboa.pt)

vezes desempregados, baixas habilitações, muita carência económica, contextos de violência doméstica, alcoolismo, crime. De modo geral, os profissionais defendem que se devem utilizar variadas metodologias na intervenção mas salientam o modelo sistémico e ecológico, e ainda, a mediação. Os profissionais, tratam questões como a relação aluno-família fazendo acompanhamentos e encaminhamentos com estes; promovem o envolvimento dos pais/encarregados de educação na educação dos alunos; participam e organizam projetos; promovem e realizam ações de sensibilização a vários níveis para a comunidade, para a comunidade educativa e para os pais/encarregados de educação e ações que visam promover as competências parentais e participa na orientação vocacional dos alunos, articula com várias instituições e representa a escola em reuniões com os parceiros da mesma, desenvolve novas parcerias. O Serviço Social na escola TEIP utiliza suportes como a família, a comunidade educativa, as instituições locais, entidades parceiras, e ainda recorre a políticas de ação social escolar. Por fim, salienta-se a importância que os outros profissionais, entidades, família, alunos, e comunidade educativa em geral dão à intervenção feita pelo Serviço Social nas escolas TEIP.

## BIBLIOGRAFIA

- Albarello, Luc, Françoise Digneffe, Jean-Pierre Hiernaux, Christian Maroy, Danielle Ruquoy, Pierre de Saint-Georges (2005), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- Álvares, Maria e Alexandre Calado(2014) “Insucesso e Abandono Escola: os Programas de Apoio” in Rodrigues, Maria(org), *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal- Volume I*, Coimbra, Almedina
- Ander-Egg, Ezequiel (1995), *Introdução ao Trabalho Social*, Petrópolis, Editora Vozes
- Areosa, João (2008) Modernidade, Incerteza e Risco -O risco no âmbito da teoria social, VI Congresso *Português de sociologia -mundos sociais: saberes e práticas*, realizado no âmbito do Doutoramento em sociologia, Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008, Lisboa
- Barros, Maria; Ana Pereira e Ana Goes(2007) *Educar com Sucesso-Manual para Técnicos e Pais*, Lisboa, Epis
- Bartlett, Harriet (1993) *A Base do Serviço Social*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- Bravo, R. Sierra (2003) *Técnicas de Investigación Social- Teoría e Ejercicios*, Madrid, Thomson Editores
- Canário, Rui (2005) *O que é a Escola? Um “olhar” sociológico*, Porto, Porto editora
- Caparrós, Maria (1998), *Manual de Trabajo Social*, Alicante, editorial Aguaclara
- Cristo, Alexandre (2013) *Escolas Para o Século XXI: Liberdade e autonomia na educação*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Ferreira, Jorge (2011), *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância*, Lisboa, Quid Juris
- Fortin, Marie-Fabienne (1996) *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*, Loures, Lusociência
- Guerra, Isabel (2006) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*, Estoril, Principia
- Gomes, Mafalda (2011), *A intervenção social junto de alunos em risco de abandono escolar: o caso dos GAAF*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Lisboa, ISCTE.
- Jares, Xesús R.(2002) *Educação e conflito - guia de educação para a convivência*, Porto, ASA editores

- Leitão, Alexandra (2014) “Enquadramento Jurídico- Constitucional da Política Pública” in Rodrigues, Maria(org), *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal- Volume I, Coimbra, Almedina*
- Lessard-Hébert, Michelle, Gabriel Goyette e Gérald Boutin (2005), *Investigação qualitativa*, Lisboa, Instituto Piaget
- Marques, Ramiro(2002) *Valores Éticos e Cidadania na Escola*, Lisboa, Editorial Presença
- Mendonça, Alice(2009), *O Insucesso Escolar: Políticas Educativas e Práticas Sociais*, Mangualde, Edições Pedagogo
- Nogueira, Bárbara (2011), *A Intervenção do Serviço Social nas Escolas TEIP: Mais Perto Para Chegar Mais Longe*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Payne, Malcolm (2002), *Teoria do Trabalho Social Moderno*, Coimbra, Quarteto
- Pinto, Ângela (2012), *Propensão para o Tédio e Comportamentos de Risco em adolescentes*, Tese de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores, Lisboa, ISCTE
- Pinto, Pedro (2014) “Apoios Sociais e Igualdade de Oportunidades: Evolução e Tendências” in Rodrigues, Maria(org), *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal- Volume I, Coimbra, Almedina*
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- Restrepo, Olga (2003), *Reconfigurando el Trabajo Social*, Buenos Aires, Espacio Editorial
- Richardson, Roberto (2012) *Pesquisa Social*, São Paulo, Editora Atlas S.A.
- Robertis, Cristina (2003), *Fundamentos del Trabajo Social: Ética y metodología*, Universitat de València, Nau Llibres
- Rodrigues, Maria(2010), *A Escola Pública Pode Fazer a Diferença*, Coimbra, Almedina
- Rodrigues, Maria et al.(2014) *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal- Volume I, Coimbra, Almedina*
- Sampieri, Roberto; Carlos Colado e Maria Lucio (2013), *Metodologia de Pesquisa*, Porto Alegre, Penso
- Silva, Hélia (2009) *Resiliência nos Jovens:-Relações Familiares e Auto-Conceito de Desempenho*, Tese para a obtenção do grau de mestre no ramo da psicologia da educação, especialidade em necessidades educativas especiais, Faro, Universidade do Algarve
- Simões, Maria (2007) *Comportamentos de risco na adolescência*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian
- Teodoro, Antonio (2010) *Educação, Globalização e Neoliberalismo- Os novos modos de regulação transaccional das políticas de educação*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas
- Triviños, Augusto(1987)*Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, Editora Atlas S.A.
- Vilelas, José (2009), *Investigação - O Processo de Construção do Conhecimento*, Edições Sílabo

## **Sites Web**

[www.gepe.min-edu.pt](http://www.gepe.min-edu.pt)

[www.dgicd.min-edu.pt/teip](http://www.dgicd.min-edu.pt/teip)

[www.dgicd.min-edu.pt/](http://www.dgicd.min-edu.pt/)

[www.dge.mec.pt/teip](http://www.dge.mec.pt/teip)

[www.apross.pt/](http://www.apross.pt/)

[www.marquesa-alorna-lisboa.pt/](http://www.marquesa-alorna-lisboa.pt/)

## **Legislação**

Lei n.º 46/1986, de 14 de Outubro

Lei n.º 115/1997, de 19 de Setembro

Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto

Decreto-lei n.º 137/2012 de 2 de junho

Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril

Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro,

Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro

Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro

Decreto-lei n.º 190/91

Despacho conjunto n.º 948/2003 de 26 de Setembro

Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de agosto

Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2009 de 2 de setembro

Despacho conjunto n.º 279/2002 de 12 de Abril.

Despacho Normativo n.º 1/2006 de 6 de janeiro

Despacho Normativo n.º 20/2012 de 03 de outubro



## **ANEXOS**

### **Anexo A – Guião da Entrevista**

#### Entrevista

Eu, Sara Margarida Catumba dos Santos, aluna de mestrado em Serviço Social no ISCTE, encontro-me a realizar uma Dissertação sobre o tema “A Prática do Assistente Social na Escola”, sob orientação do Professor Doutor Jorge Ferreira. A investigação tem por objetivos: Sistematizar a prática do Assistente Social na escola com alunos sinalizados com comportamentos de risco; Identificar problemáticas associadas aos alunos sinalizados com comportamentos de risco na escola junto do Assistente Social; Analisar metodologias de intervenção do Assistente Social no contexto escolar junto do aluno, da escola, da família e da comunidade; Tipificar a prática do Assistente Social no contexto escola numa relação articulada entre problema e o suporte (recursos de apoio à intervenção)

Assim, solicito a vossa colaboração e disponibilização na realização da entrevista, de forma, a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

1. Como define na atualidade o Serviço Social numa escola TEIP?
2. Sendo assistente social numa escola TEIP, que atribuições formais lhe estão atribuídas? E se lhe for possível refira se desempenha outras funções reconhecidas como informais no contexto da intervenção que realiza?
3. Na sua prática profissional que tipos de problemas lhe são apresentados mais frequentes nesta escola?
4. Pedimos que identifique os sujeitos e instituições que se dirigem ao Serviço Social na Escola TEIP?

5. Na resposta aos problemas apresentados pelos sujeitos e instituições utiliza uma metodologia única ou aplica metodologias diferenciadas de acordo com o problema. Explícite?
6. Que políticas públicas e sociais suportam a sua intervenção numa escola TEIP?
7. Que tipo de suportes sociais e familiares utiliza na sua intervenção?
8. Estando integrada numa escola TEIP, que diferença pode identificar em relação à intervenção social desenvolvida por outros serviços de 1ª linha, nomeadamente com a intervenção feita pelos serviços de Segurança Social e das CPCJ?
9. Da sua experiência que Serviço Social propõe para o sistema educativo?
10. Por fim solicitamos-lhe que com base na sua experiência nos apresente de forma sintética os contextos sociais predominantes dos jovens com intervenção do assistente social numa escola TEIP?

Muito Obrigado pela colaboração

## Anexo B – Grelha de análise das Entrevistas

Categorias	Conteúdo
<p><b>Serviço Social numa escola TEIP</b></p>	<p>“A escola percebe claramente qual é o lugar do Serviço Social e também a comunidade” (E1)</p> <p>“Temos alguns professores que chegam pela primeira vez a nossa escola e que é a primeira vez que estão numa escola com assistente social e acham maravilhoso o tipo de intervenção que vai sendo feito e o tipo de resposta que é dado”(E1)</p> <p>“É cada vez mais valorizado pelos professores, alunos, famílias, pelas instituições da comunidade.”(E1)</p> <p>“quando um diretor de turma pretende fazer uma sinalização à comissão pedem sempre que eu reveja, quando é feita uma informação escolar que é pedida por alguma instituição pedem sempre que eu reveja, essa questão dá-me o feed-back de que reconhecem a importância do assistente social.”(E4)</p> <p>“fundamental a nível da prevenção de algumas problemáticas e também de intervenção quando elas já existem.”(E1)</p> <p>“articulam com outras áreas disciplinares,(...)psicólogo(...) trabalho funciona muito em parceria”(E1,E9)</p> <p>“nós temos bastante autonomia para o trabalho, partimos muito da nossa sensibilidade e das questões que nos vão chegando”(E1 e E7)</p> <p>“a intervenção por vezes vai para além da escola”(E1e E7)</p> <p>“Quando a escola pensa na relação e nas parcerias que estabelece com a família e com a comunidade o Serviço Social e sempre chamado o que é ótimo.”(E1 e E4)</p> <p>“um dos grandes objetivos de todos os agentes educativos, incluindo o assistente social é o sucesso educativo dos alunos.”(E2 e E5)</p> <p>“o assistente social tem numa escola TEIP (...) o papel de mediador entre a escola e a família.”(E2)</p> <p>“Na atualidade o trabalho do assistente social é muito variado”(E4)</p> <p>“o que eu tenho vindo a perceber é que a nossa prática é cada vez mais assistencialista, ou seja, aquilo que esperam de nós e aquilo que procuram de nós é que intervenhamos, no aqui e no agora, sejamos executores mas que não pensemos muito no assunto e que não alteremos muito as estruturas pois essas já estão definidas.”(E5)</p> <p>“não termos estruturas que nos protejam os assistentes sociais estão muito desregulamentados não estão unidos é uma classe profissional pouco unida.”(E5)</p> <p>“é necessária mas a escola continua a existir quer nós estejamos cá ou não.”(E5)</p> <p>“Há muito a ideia que o assistente social está cá para problemas económicos ou quando há fome, da parte das crianças e de alguns</p>

	<p>pais também há muito a ideia que se nós intervimos, vamos retirar alguma coisa e que vamos pôr as crianças nas instituições e eu tento sempre desmistificar isso.(E5)</p> <p>“eu para fazer visitas domiciliárias tenho de pedir autorização à direção, (...), aqui sinto-me muito fechada na escola não tenho reuniões com parceiros não estou autorizada, se quiser alguma informação telefone.”(E5)</p> <p>“os psicólogos tiram muito do nosso trabalho ate por uma simples razão, (...) há uma psicóloga efetiva da escola, lá está a escola começa os problemas surgem mas os técnicos não estão cá alguém tem de os resolver.”(E5)</p> <p>“De extrema importância,(E9)(...) não consigo imaginar uma escola sem assistente social (...)os professores não sabem lidar com as situações, não sabem lidar com os alunos, eu acho que ensino não está preparado para lidar com as famílias na atualidade, com os problemas que surgem na atualidade”(E7)</p> <p>“trabalha para o desenvolvimento de igualdade de oportunidades, respeito pelas principais diferenças e autonomia de todos.”(E8)</p> <p>“tenta dar especial atenção à população escolar mais desfavorecida, principalmente a nível socioeconómico e cultural”(E8)</p> <p>“na nossa escola o Serviço social está integrado no núcleo de intervenção e otimização comportamental”(E9)</p> <p>“Normalmente a etnia cigana não valoriza muito a escola, mas, há pais de etnia cigana que dizem que os filhos só estão aqui porque eu estou cá. Portanto, precisam de confiar em alguém.”(E9)</p> <p>“o serviço social em contexto escolar está a atravessar um momento de grande reconhecimento por parte de toda a comunidade educativa bem como da tutela. Estamos num momento de progressão.”(E6)</p> <p>Atualmente o Serviço Social numa escola TEIP é sobretudo, trabalhar em casos de crise e situações de emergência tendo em conta o volume de trabalho existente. (E3)</p> <p>“na sua generalidade, evoluí de forma positiva, alcançando as metas, de acordo com os meus próprios objetivos, da equipa, da direção e do TEIP”(E3)</p>
<p><b>Atribuições do Assistente Social numa escola TEIP</b></p>	<p>“o Serviço Social na nossa escola trata questões como a parentalidade, dentro da família, nas questões mais económicas”(E1,E2,E7, E9)</p> <p>“Nós incidimos muito em questões como a indisciplina”(E1, E4, E7)</p> <p>“No âmbito do TEIP nós temos um plano de ações e a ação que ficou para o Serviço Social é a que trata questões relacionadas com absentismo e o abandono, e portanto, existe um trabalho muito grande nesse sentido”(E1,E2,E4, E7, E9)</p> <p>“a angariação de apoios económicos, a atribuição também em contexto não só família mas para a comunidade (...) fazemos doações às instituições locais.”(E1)</p> <p>“ Existe também um trabalho de capacitação para reverter a situação</p>

	<p>económica”(E1 e E7)</p> <p>“Reuniões/articulação nas instituições”(E1,E3, E4, E6, E3)</p> <p>“Acompanhamento e encaminhamento Social dos alunos e das famílias” (E2, E3,E4, E8, E6)</p> <p>“promover a participação e colaboração dos pais e encarregados de educação e da comunidade educativa no desenvolvimento socioeducativo dos alunos”(E2, E7 )</p> <p>“colmatar estas questões relativas a articulação entre a escola e a família.” (E4 e E5)</p> <p>“no Agrupamento uma Loja Social que é uma estrutura de Apoio Social, define-se como sendo um banco de roupas que a nossa escola sede dispõe para dar às famílias mais carenciadas e/ou mostrem interesse em adquirir algumas peças de roupa.”(E2)</p> <p>“Participo num projeto que (...)tem como finalidade principal desenvolver um trabalho coletivo no ambiente escolar incluindo a família no processo ensino-aprendizagem. E existir um maior contato entre a Escola, Família e Comunidade.”(E2)</p> <p>“Organizo/Participo(...)projetos que vão surgindo ao longo do ano letivo e que são uma mais valia para a nossa comunidade escolar.”(E2, E3,E8)</p> <p>“faço visitas domiciliárias que surgem no sentido (...)conhecer as condições de vida dos nossos alunos e existir um contato com os familiares.”(E2, E3)</p> <p>“temos muitos alunos a necessitarem e que não têm qualquer tipo de ajuda da Ação Social Escolar (ASE) por diversas razões, a mais recorrente é não entregarem os papéis nas datas estipuladas, aqui, o assistente social no início do ano letivo também telefona muito para estas famílias porque muitas não têm muita organização.(E2)</p> <p>“a parte da indisciplina tem muito a ver com a monitorização de comportamento, a reflexão com os alunos sobre os seus comportamentos, tentar que eles percebam e consigam identificar os comportamentos que têm e tentar que através dessa reflexão adequem comportamento, ajustem comportamento aquilo que é esperado.”(E4)</p> <p>A questão do reforço alimentar(...) quem faz a triagem dos alunos que vão ter reforço alimentar sou eu. (...) a gestão desse apoio também é feita por mim.(E4 e E5)</p> <p>“estou presente em todos os conselhos de turma de todas as turmas do agrupamento, aqui também é um trabalho importante de se fazer sobretudo para que as pessoas ganhem consciência dos contextos de origem destes alunos e que percebam que nem sempre aquilo que a escola quer nem sempre faz sentido para os alunos e nem sempre é possível.”(E4)</p> <p>“sou o representante do agrupamento na CPCJ de (...) represento o agrupamento na comissão social das juntas de freguesia, também em termos de articulação institucional que e feita com a equipa de RSI, com equipa de crianças e jovens que faz assessoria aos tribunais.”(E4)</p>
--	--

	<p>“fazer o levantamento de todos alunos sem manuais” (E5)</p> <p>“acompanho os alunos que vão para a rua, ou seja por indisciplina”(E5)</p> <p>“uma das áreas de intervenção é a regularização de alunos e familiares imigrantes e ajuda na regularização.”(E7)</p> <p>“as sinalizações à comissão”(E7)</p> <p>“verificar quais as principais necessidades da comunidade educativa e organizar estratégias que possibilitem a alteração das mesmas”(E8)</p> <p>“muitas vezes somos chamadas para realizar mediação de conflitos a um nível mais informal.”(E8)</p> <p>“As tais questões informais que fazemos é o acompanhamento de alunos, que por qualquer razão, (...) não têm método de estudo e por isso vêm ter comigo. É eu perceber que há uma família que independentemente de pedir ajuda ou não uma criança começou a ter um baixo rendimento escolar porque não tem onde morar ou está a viver em condições precárias então ai tentar fazer uma intervenção articulando com os parceiros.”(E9)</p> <p>“Outras das coisas que faço, informais, há um toque para os alunos entrarem (...) e vou colocar os alunos a sala de aula aqueles que mostram mais resistência. Não é uma tarefa minha mas é uma forma de se contribuir que não haja tanto abandono escolar.” (E9)</p> <p>“encaminhar para cursos porque muitas vezes percebemos que os interesses e motivações não passam por aqui.”(E9)</p> <p>“Participação na orientação escolar, vocacional e profissional dos alunos com insucesso escolar” (E6)</p> <p>“Negociação, Desenvolvimento e envolvimento de parcerias” (E6)</p> <p>“Coordenação do GIPS- Gabinete de Intervenção Psicossocial, GAA- Gabinete de apoio ao aluno- Promoção da disciplina ( Mediação Escolar), Coordenação dos clubes” (E6)</p> <p>“Acompanhamento de estágios curriculares académicos e voluntariado”(E6)</p> <p>“Assessoria à Direção na elaboração de candidaturas a programas de promoção do sucesso educativo” (E6)</p> <p>“Articulação com Universidades no âmbito dos estágios curriculares” (E6)</p> <p>“Participação na equipa dos cursos vocacionais e na orientação vocacional dos alunos”(E6)</p> <p>“Participação na REDEMPREGA, para encaminhamento de formação e emprego dos Encarregados de Educação dos alunos do Agrupamento” (E6)</p> <p>“Apoio técnico às escolas do Pré- escolar e 1º ciclo do Agrupamento” (E6)</p> <p>“Participação no Conselho Pedagógico” (E6)</p> <p>“Dinamização da articulação entre a Educação formal e não formal no agrupamento”(E6)</p>
--	---

	<p>“Planeamento e dinamização de ações de sensibilização e de formação para encarregados de educação, assistentes operacionais e técnicos e professores do Agrupamento” (E6)</p> <p>Promover ações de esclarecimento e sensibilização para encarregados de educação em concreto competências parentais(E3)</p> <p>Intervenção precoce e preventiva na área da saúde, entre outras(E3)</p> <p>“Reuniões (...)com a direção;(...)da equipa(...)para discussão de casos; definição de prioridades; planeamento de atividades e entre outros assuntos; Reuniões intercalares e de avaliação trimestrais de conselho de turma;(...)com entidades parceiras, pais, diretor de turma e direção”(E3)</p> <p>“Articulação com departamentos e serviços internos; com a equipa de Educação Especial;(...)articulação e consultadoria a professores e diretores de turmas; (...)com instituições e serviços externos”(E3)</p> <p>“Atendimento e Acompanhamento social com periodicidade conforme necessidade, problemática do aluno, Encarregado de Educação, familiares e comunidade escolar”(E3)</p> <p>“Articulação com a família sempre que se considerar necessária a referida intervenção”(E3)</p> <p>“Elaboração de informações/relatórios sociais internos e exteriores”(E3)</p>
<p><b>Problemas sinalizados ao A.S. na Escola</b></p>	<p>“Questões muito relacionadas com o absentismo, abandono(...)”(E1, E2, E3 ,E4, E5,E6,E8, E9)</p> <p>“Carência económica” (E1, E2,E3 ,E4, E5,E6, E7, E8,E9)</p> <p>“(...)a relação que se estabelece entre a escola e a família (dificuldades no contacto ou o desempenho da família que não está a ser o adequado que mais uma vez põem em causa o sucesso educativo do aluno).(E1, E2 e E4)</p> <p>“Questões relacionadas com os maus tratos com a negligência”(E1, E2,E3, E5, E7, E8)</p> <p>“Nós temos alunos com muita desmotivação”(E1, E8, E9)</p> <p>“Posso dizer que no ano letivo 2012-2013 numa turma tivemos 196 participações disciplinares num período, se calhar há escolas TEIP que num ano inteiro não têm estas participações em todas as turmas.”(E4)</p> <p>“O <u>bullying</u> e a chantagem através da internet.”(E5)</p> <p>“a escola tem mais ao menos a volta de 500 alunos, em janeiro ainda havia 300 alunos sem livros.”(E5)</p> <p>“muitos roubos diariamente, mesmo na escola, entre eles”(E5)</p> <p>“problemas de saúde (física e psicológica)”(E8, E3)</p> <p>“Famílias multiproblemáticas” (E6)</p> <p>“Relações familiares disfuncionais” (E6)</p> <p>“Poucos hábitos de higiene e limpeza” (E6)</p>

	<p>“Ausência de responsabilidade de cidadania” (E6)</p> <p>“Baixa e por vezes ausência, de responsabilidade parental” (E6)</p> <p>“Fracos modelos de referência no que diz respeito aos comportamentos de exemplo e valores de convivência e de educação” (E6)</p> <p>“Consumos de várias substâncias” (E6)</p> <p>“ Promiscuidade familiar” (E6)</p> <p>“Sobrelotação das habitações e problemas de salubridade” (E6)</p> <p>“Pouco interesse pelas atividades escolares”</p> <p>“ Alunos com ausência de rotinas e hábitos de vida saudável” (E6)</p> <p>“Alimentação desadequada” (E6)</p> <p>“comportamentos de risco”(E6)</p>
<p><b>Sujeitos/ Instituições que se dirigem ao A.S. na Escola TEIP</b></p>	<p>“às vezes até fora da escola chegam-nos problemas e pedidos de ajuda de pessoas que nos conhecem e que são de fora da escola (porque uma vizinha pediu ajuda, uma colega de trabalho que está a precisar de ajuda para a família dela ou para alguém que conhece) (E1, E7)</p> <p>“Os alunos da nossa escola são os que (...) nos procuram”(E1, E2, E3,E4, E5,E6, E7, E9)</p> <p>“(...) acontece também pontualmente ex-alunos, também pontualmente amigos de alunos(para por exemplo encaminhamento para um curso, ou para questões com as vagas para entrar na nossa escola)”(E1)</p> <p>“(...)o encarregado de educação e a família”(E1,E2, E3,E4, E5, E7,E6, E8, E9)</p> <p>“ associação de pais”(E1)</p> <p>“ os docentes em geral (...) os diretores de turma”(E1, E5,E6, E9)</p> <p>“os parceiros”(E6)</p> <p>“acho que toda a comunidade educativa”(E3,E7,E8)</p> <p>“(...)outros técnico da escola como o animador, psicólogos da escola e externos à escola pois nos trabalhamos com outros técnicos externos pois temos protocolos com psicólogos terapeutas que trabalham na nossa escola que nós pedem ajuda.”(E1)</p> <p>“Da parte da direção naturalmente”(E1)</p> <p>“do exterior, portanto nós trabalhamos em rede existem outros parceiros com quem nós articulamos...o projeto do escolhas, associações locais(...) juntas de freguesia e até a Câmara Municipal (...), Centros de saúde, os hospitais, outras escolas.(E1)</p> <p>“CPCJ (...) e depois o tribunal sendo que aqui podemos articular com as equipas da segurança social, direção geral da reinserção social.”(E1, E3)</p> <p>“a saúde escolar, a polícia escola segura, (...)a Comissão de Proteção</p>

	<p>de Crianças e Jovens”(E2, E3)</p> <p>“instituições com quem eu articulo, desde a junta de freguesia, equipas de rsi, equipas de crianças e jovens da segurança social, as comissões, centros de saúde, hospitais, no fundo todas as instituições que fazem parte da rede social.”(E4)</p> <p>“como nos criamos aqui na escola uma loja social, (...) algumas empresas que nos dão donativos em género e pontualmente em dinheiro e pessoas a nível individual que cedem alguns bens.” (E4)</p> <p>“Junta de Freguesia, Equipas de Reinserção Social e equipas de RSI que há cá na zona e acompanham as famílias dos nossos alunos.(E5)</p> <p>a CPCJ, o tribunal (...) Instituições por exemplo de apoio ao imigrante, igrejas que já vieram ter connosco porque sabiam que existíamos.(E7)</p> <p>“CPCJ, PSP, (...), Junta de Freguesia (...), Centro de Saúde e Câmara Municipal.”(E8, E3)</p>
<p><b>Metodologias do Serviço Social na Escola TEIP</b></p>	<p>“têm que ser diferenciadas não só as metodologias mas também as estratégias, (...)porque cada caso e um caso.(E1,E9)</p> <p>“O meu objetivo (...) e acho que muita da intervenção do assistente social (...) é a ação com efeitos para o futuro. Ou seja, eu fiz isto como é que eu agora, no futuro, perante uma situação parecida, pois não há duas situações iguais, e utilizando todos os meus conhecimentos teóricos, como e que vou conseguir fazer melhor e chegar ao objetivo.”(E5)</p> <p>“Depende da situação problema apresentada.” (E2, E3, E4, E5, E7, E8, E9)</p> <p>“mediador entre a escola e a família.”(E2)</p> <p>“a relação que se estabelece com os pais é importantíssima”(E9)</p> <p>“o trabalho funciona muito em parceria, em rede não só com a escola mas também com o exterior.”(E1, E2, E4,E7,E8,E9)</p> <p>“nos incidimos muito em: “como é que o aluno consegue ter mais sucesso educativo? Tendo uma melhor situação económica? Tendo uns pais com mais competências ao nível da parentalidade? Tendo na comunidade uma resposta ao nível das explicações tendo em seguida melhorias na aprendizagem? Nos fazemos esta intervenção numa perspetiva ecológica.”(E1)</p> <p>“sempre ter por base o modelo sistémico e o modelo ecológico ao nível da intervenção”(E6,E7)</p> <p>“A técnica privilegiada é a mediação (familiar e de conflito). Intervimos nos eixos da prevenção e da reparação. A intervenção pretende-se multidisciplinar e multidimensional, identificando os fatores de risco e de proteção em cada uma das situações a intervir ou a mediar.”(E6)</p> <p>“apoio individual, em grupo ou em família, intervenção pontual e ou na crise e intervenção continuada e ainda em intervenção multidisciplinar.”(E3)</p>

<p><b>Políticas públicas e sociais de suporte à ação social na escola TEIP</b></p>	<p>“nós no dia-a-dia não pensamos muito nelas.” (E1)</p> <p>“oriento-me muito por leis que existem e portanto sendo que as leis não são tão objetivas como gostaria que fossem e portanto levantam muitas dúvidas e por teoria, por experiencias, por contactos que são desenvolvidos com colegas mas ficamos tao envolvidos no trabalho prático que pensar nas políticas parece que não há muito espaço para isso.”(E1)</p> <p>“focamo-nos muito nas políticas que relacionadas com a família”(E1)</p> <p>“As coisas são muito formatadas quer nos apoios que conseguimos através da câmara municipal, que nos apoios da segurança social é difícil dar a volta a isso. Mesmo nas coisas que nos fazemos aqui, a nível informal, que foge muito ao que está pré-estabelecido, mesmo isso tem muitas limitações tem de existir algum cuidado por causa de não estar contemplado com o que estamos a fazer por exemplo, ao nível das angariações, as coisas estão reguladas de uma forma concretamente (...) as políticas nesse sentido não ajudam muito no trabalho que nós gostaríamos de fazer, de ter desenvolvido com as famílias.” (E1)</p> <p>O trabalho numa escola TEIP é muito de encaminhamento, numa escola não são dados apoios, o próprio SASE, não é definido nem decidido na própria escola(...) acaba por ser muito limitativo, sobretudo é o encaminhamento para a segurança social, portanto, são utilizadas a políticas do Instituto de Segurança Social, do IEFP, em termos de escola o único podemos prestar direto da escola é o que resulta da loja social e a questão do reforço alimentar.(E4)</p> <p>A minha intervenção é baseada no código da ética e deontologia do serviço social.(E2)</p> <p>“Muitos deles vão para a escola sem comer (na escola existe um programa que oferece o pequeno-almoço a estes alunos)” (E2 e E4)</p> <p>“Há um grupo de intervenção social(..), onde estão presentes os técnicos de todas as instituições, e eu sou o representante do agrupamento onde se pretende(...) aprovar apoios que são que são proporcionados pelo fundo de emergência social(é uma verba que a Câmara proporciona para apoiar cidadãos que estejam com carências económicas).(E4)</p> <p>“Políticas relacionadas com a proteção de crianças e jovens” (E5, E7, E6)</p> <p>“o TEIP é uma politica ao nível das escolas”(E7)</p> <p>“respostas da segurança social, da CPCJ, o tribunal, as respostas que existem de apoio sejam ao nível de carência económica, o RSI, o abono de família”(E7)</p> <p>“Nós tentamos guiarmo-nos, mas há coisas que na prática ainda não estão acontecer, (...), por exemplo em relação ao estatuto do aluno, nós estamos sempre a incidir nos direitos, nos deveres mas ainda não têm o impacto que nós gostaríamos.”(E9)</p> <p>“todas (...) da educação, as da ação social escolar, do ensino especial, o rendimento social de inserção, as do âmbito da promoção e proteção e as tutelares educativas e o estatuto do aluno.”(E6)</p>
--	--

	<p>“de inclusão e igualdade; a política de segurança escolar; políticas de prevenção primária, secundária e terciária e políticas gerais de saúde.”(E3)</p>
<p><b>Suportes sociais e familiares utilizados na intervenção do A.S.</b></p>	<p>“muitas vezes as família são intervencionadas pelas instituições locais e o trabalho que é realizado com elas e muito no que toca aos recursos humanos, económicos (quando nós precisamos de uma carrinha nós pedimos a alguma associação e conseguimos quando precisamos de algum apoio mais ao nível alimentar, quando nós precisamos de voluntários)(...) o suporte que é dado pelas associações, instituições locais, organismos públicos, autarquias é grande.”(E1)</p> <p>“Ao trabalhar com os alunos/famílias trabalho em conjunto com professores e técnicos e com as entidades parceiras.”(E2, E4, E8, E9)</p> <p>“no que toca em questões de saúde mental respostas ao nível da psiquiatria que são muito necessárias para nós”(E1)</p> <p>“Em relação à família (...) tentamos resolver as questões com o encarregado de educação que normalmente é da família e depois quando a intervenção não está a ser suficiente ou quando achamos que podemos ter mais ganhos,(...)ou ao outro progenitor ou a madrasta, o padrasto, irmãos mais velhos, tios, avós, (...) mas sempre dentro dos mínimos, porque a nossa intervenção prioritária é com o jovem. (E1 e E5)</p> <p>“família(...)família alargada e rede de amigos”(E7, E9, E3)</p> <p>“Juntas de freguesia, associações de apoio (...)”(E7, E3)</p> <p>“na etnia cigana consigo às vezes transmitir informações e fazer convocatórias através da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos”(E9)</p> <p>“Diretores de turma, os professores titulares de turma e os educadores, os próprios alunos, os encarregados de educação e os parceiros, em função de cada assunto a tratar.” (E6)</p>
<p><b>Especificidade do serviço social na escola TEIP face a serviços de intervenção intermedia</b></p>	<p>“As intervenções são diferentes mas podem ser complementares ou devem ser complementares, deve ser um trabalho em parceria mas e claro que são diferentes.”(E1)</p> <p>“o facto de existir serviço social, e a assistente social na escola, significa que muitas das situações nem chegam a segunda ou a terceira linha, portanto o trabalho que é feito que é um bocado mais precoce”(E1)</p> <p>“Quando em contexto escolar não conseguimos resolver a situação ou continuam a existir (...) fatores muito importantes e perigo para a criança aí, claro que nós pedimos ajuda ao exterior e sinalizamos a CPCJ.”(E1,E3, E7, E8, E9)</p> <p>“nós conseguimos observar dinâmicas que normalmente não se observam, eventualmente, no contexto da CPCJ (...) temos uma condição privilegiada e que nos permite fazer um acompanhamento muito próximo do aluno e (...)famílias”(E1, E2,E3, E4, E5, E8)</p>

	<p>“há a questão das pessoas associarem que as comissões só serve para retirar as crianças.”(E4)</p> <p>“por exemplo muitas vezes a família não concorda com o encaminhamento para a CPCJ (...) nós é que temos de desmontar isto tudo, somos nós muitas vezes que somos confrontados porque nós é que estamos lá”(E1)</p> <p>“acabamos por perceber coisas que não são percebidas noutras instâncias, e têm de ser mesmo percebidas aqui no terreno para depois poder chegar as intervenções de segunda linha e essa é a grande diferença.”(E2, E5, E9)</p> <p>“posso dizer que muitas decisões destas entidades são tomadas através, muitas vezes, do contributo da escola.”(E2)</p> <p>“Na minha opinião a CPCJ é uma organização intermédia e há um trabalho de rede que tem de ser feito (E5, E9)</p> <p>“Ao nível da relação entre intervenção da 1º linha e pela CPCJ eu acho que é basicamente, a 1º linha serve para dar uma resposta as famílias e aos alunos no sentido de garantir que os fatores de proteção superam os de risco no sentido de os atenuar e não chegarem a uma situação de perigo e daí não chegarem a CPCJ.”(E7)</p> <p>“Privilegiamos a intervenção articulada e sincronizada no sentido de evitar a sobreposição da intervenção. Pretende-se promover uma intervenção sustentada por uma governação integrada.”(E6)</p>
<p><b>Proposta de um modelo para o Serviço Social no sistema educativo</b></p>	<p>“defendo que deveria existir um assistente social em todas as escolas” (E1, E7, E9)</p> <p>“ há muito trabalho que pode ser feito pelo assistente social(...)podia ser um recurso para a promoção do sucesso educativo do aluno tendo uma visão mais completa daquilo que é feito pelo diretor de turma, o professor titular mas com muitas mais competências técnicas, a nível da intervenção familiar, há momentos em que nós tentamos capacitar o diretor de turma para sensibilizar para questões económica, é difícil para eles(alunos) terem acesso a materiais, e por isso não conseguem fazer os trabalhos de casa, nós temos muito esta sensibilização também com a comunidade escolar, nós também fazemos um trabalho indireto com eles esta questão da sensibilização e da promoção das competências nas situações dos jovens.”(E1)</p> <p>“todas as escolas deveriam ser TEIP, ter os recursos que uma escola TEIP consegue.”(E1)</p> <p>“podemos adaptar alguns projetos e/ou algumas maneiras de intervir porque há sempre falhas e o objetivo é melhorá-las.”(E2)</p> <p>“É preciso o assistente social continuar a existir na educação”(E2, E3)</p> <p>“muitas escolas deviam ter assistentes sociais sempre e que não estivessem só pontualmente com a existência de determinados projetos.(E4, E9)</p> <p>“antes de que tipo de serviço social proponho para o sistema educativo é a necessidade do serviço social fazer parte do sistema educativo.”(E7)</p>

	<p>“enquanto assistentes sociais interventores próximos do terreno, deveremos cada vez mais pensar num serviço social que possa transformar o sistema e não apenas manter a ordem”(E5)</p> <p>“termos muita força como profissionais mas também é preciso que as nossas chefias mudem um bocado a perspetiva que têm sobre aquilo o que é o pretendido para o serviço social.”(E5)</p> <p>“a minha batalha, se me é identificado um aluno que sofreu maus tratos eu este ano estou a conseguir que eles tenham noção da ética, da intimidade, do respeito pela privacidade da vida da criança”(E7)</p> <p>“aplicando um modelo mais sistémico que envolva a escola, família e comunidade”(E8, E3)</p> <p>“Deveriam existir muitos assistentes sociais nas escolas acho que lé pouco.”(E9)</p> <p>“O modelo que pratico aliás, sou formadora no Ministério da Educação, Direção Geral da Educação ( DGE) exatamente para promover a implementação deste modelo.”(E6)</p> <p>“sinto a falta de uma maior intervenção preventiva.”(E3)</p> <p>“fundamental a aposta de formação para o desenvolvimento profissional, indispensável de modo a aperfeiçoar competências específicas”(E3)</p> <p>“adquirir mais conhecimentos e obter ainda mais informação acerca das várias problemáticas enquadráveis na área do serviço social.”(E3)</p> <p>“é fundamental estar continuamente atenta à necessidade de me atualizar em termos de legislação e novos métodos de atuação para que possa fazer face, fundamentalmente, às necessidades dos alunos e suas famílias.”(E3)</p>
<p><b>Contextos sociais dos jovens intervencionados pelo A.S. na Escola TEIP</b></p>	<p>“Como sabe para se ser TEIP tem de se ter um conjunto de características, mesmo sendo duas escolas TEIP por exemplo, podem ser completamente diferentes. (E1 e E4)</p> <p>“existem caraterísticas sociais, económicas, familiares, culturais, uma serie de características que são muito evidentes no contexto da escola TEIP”(E1)</p> <p>“existem muitos imigrantes, (...) , muita diversidade, a nível da nacionalidade e da cultura.(E1, E4,E3, E5, E8)</p> <p>“temos famílias com trabalhos muito precários”(E1) “família com baixas habilitações”(E1, E2,E6, E4)</p> <p>“Existe estas questões culturais que fazem com que a família tenha alguma dificuldade em perceber aquilo que é a norma da nossa sociedade daquilo que é a lei que a nossa sociedade tem” (E1 e E4)</p> <p>“no que toca à autonomização do jovem a família por vezes tem muita dificuldade em deixá-los crescer e pais que têm questões relacionadas com saúde mental e que fazem com que o papel parental esteja comprometido e que isso tenha repercussões no sucesso educativo das crianças”(E1)</p>

	<p>“Muitos(...) tornam-se adultos muito cedo (...) não têm uma estrutura familiar que lhes permite continuar a brincar”(E2)</p> <p>“famílias que sofrem de violência doméstica, tenho famílias dependentes do álcool”(E2,E3)</p> <p>“Alunos oriundos do bairro social”(E1, E2,E3, E4, E7, E9)</p> <p>“muita carência económica”(E2, E4, E5, E7, E8, E9)</p> <p>“número muito significativo de pais dos nossos alunos que estão desempregados”(E2, E4,E3,E6, E5)</p> <p>“pais (...)sem qualquer tipo de apoio económico ou então o único apoio e o RSI.(E4, E6,E9)</p> <p>“têm várias pessoas na família ligadas ao crime.”(E4)</p> <p>“alguns têm pais detido, alguns alunos têm processos na direção geral de reinserção social, na CPCJ, no tribunal”(E9)</p> <p>“Alguns estão institucionalizados.”(E9)</p> <p>“Famílias desestruturadas”(E5, E8, E9)</p> <p>“grandes problemas de ilegalidade”(E5)</p> <p>“negligência parental, abusos e maus tratos”(E8, E3)</p> <p>“alunos oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos e multiproblemáticos”(E6,E3)</p> <p>“Alunos retirados à família por decisão do tribunal”(E6)</p> <p>“Abandono escolar”(E3)</p> <p>“Gravidez na adolescência”(E3)</p>
--	---

## Anexo C – Lista de Agrupamentos TEIP de Lisboa e Vale do Tejo com Assistente Social

Nome da Unidade Orgânica	Concelho	A.S
Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro	Oeiras	Sim
Agrupamento de Escolas Baixa-Chiado	Lisboa	Sim
Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes	Amadora	Sim
Agrupamento de Escolas D. Domingos Jardo	Sintra	Sim
Agrupamento de Escolas D. João V	Amadora	Sim
Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde	Peniche	Sim
Agrupamento de Escolas da Apelação	Loures	Sim
Agrupamento de Escolas da Damaia	Amadora	Sim
Agrupamento de Escolas da Marateca e Poceirão	Palmela	?
Agrupamento de Escolas da Trafaria	Almada	Sim
Agrupamento de Escolas das Olaias	Lisboa	Sim
Agrupamento de Escolas de Benfica	Lisboa	Não
Agrupamento de Escolas de Camarate - D. Nuno Álvares Pereira	Loures	Não
Agrupamento de Escolas de Carnaxide Portela	Oeiras	Sim
Agrupamento de Escolas de Coruche	Coruche	Sim
Agrupamento de Escolas de Damião de Góis	Lisboa	Sim
Agrupamento de Escolas de Miradouro de Alfazina	Almada	Sim
Agrupamento de Escolas de Nun´ Álvares	Seixal	Sim
Agrupamento de Escolas de Peniche	Peniche	Sim
Agrupamento de Escolas de Sacavém	Loures	Sim
Agrupamento de Escolas de Vialonga	Vila Franca de Xira	Não
Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar	Lisboa	Sim
Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz	Lisboa	Sim
Agrupamento de Escolas do Monte da Caparica	Almada	Sim
Agrupamento de Escolas do Vale da Amoreira	Moita	Sim
Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves	Amadora	Sim
Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa	Lisboa	?
Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro	Sintra	Sim
Agrupamento de Escolas Francisco Arruda	Lisboa	Sim
Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires	Amadora	Sim
Agrupamento de Escolas Luís António Verney	Lisboa	Sim
Agrupamento de Escolas Mães D´Água	Amadora	Sim
Agrupamento de Escolas Manuel da Maia	Lisboa	Não
Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna	Lisboa	Sim
Agrupamento de Escolas Miguel Torga	Amadora	Sim

Agrupamento de Escolas Ordem de Santiago	Setúbal	Sim
Agrupamento de Escolas Patrício Prazeres	Lisboa	Não
Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato	Seixal	Não
Agrupamento de Escolas Pintor Almada Negreiros	Lisboa	Não
Agrupamento de Escolas Piscinas - Olivais	Lisboa	Sim
Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva	Sintra	Sim
Agrupamento de Escolas Rio de Mouro	Sintra	Sim
Agrupamento de Escolas Ruy Belo	Sintra	Sim
Agrupamento de Escolas Santo António	Barreiro	Sim
Agrupamento de Escolas Visconde de Juromenha	Sintra	Sim
Escola Secundária com 3.º Ciclo de Seomara da Costa Primo	Amadora	Sim
Escola Secundária da Baixa da Banheira	Moita	Sim
Escola Secundária de Camarate	Loures	Sim
Escola Secundária de Monte da Caparica	Almada	Sim

## **CURRICULUM VITAE**

### **INFORMAÇÃO PESSOAL**

Sara Santos

Rua João de Barros. 111, 5300-391 Bragança (Portugal)

934304884

s\_m\_c\_s@hotmail.com

### **DECLARAÇÃO PESSOAL**

Assistente Social

### **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

01/11/2013–31/10/2014

**Assistente Social**

ART- Associação de Respostas Terapêuticas, Castro Verde (Portugal)

Acompanhamento de jovens em regime de internamento na associação de respostas terapêuticas, acompanhamento das medidas de promoção e proteção, participação nas reuniões com a equipa técnica da associação, reuniões com as famílias dos jovens internados na associação, acompanhamento e desenvolvimento de planos individuais terapêuticos, atendimentos sociais, desenvolvimento e criação de competências pessoais e sociais com os utentes, articulação com várias entidades

01/10/2010–08/06/2011

**Estágio Curricular em Serviço Social**

Centro Social Cultural e Recreativo Bairro da Esperança, Beja (Portugal)

Programa de Competências Pessoais e Sociais, Programa de Formação Parental, Reuniões de Parceria, Intervenção em Contexto Académico na Prevenção de Dependências (no âmbito de um Projeto “Abre a Pestana”)

**Estágio Curricular Técnica de Ação Social**

Obra Social Padre Miguel, Bragança (Portugal)

Angariação de sócios para a Instituição, Desenvolver atividades de carácter cultural, Organização de loja social

### **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

**Ação Social**

Nível 4 QRQ

Escola Secundária Emídio Garcia, Bragança (Portugal)

Práticas de Ação Social, Psicologia, Português, Técnicas de Expressão e Comunicação, Saúde e Socorrismo, Filosofia, Inglês

01/09/2008–14/07/2011

**Serviço Social**

Licenciatura

Escola Superior de Educação de Beja, Beja (Portugal)

Serviço Social; Psicologia; Gestão e Organização de Projectos Políticas Sociais; Trabalho de

Intervenção Comunitária; Direito da Família e Menores; Direito do Trabalho; Intervenção Educativa Especializada; Saúde e Intervenção Social; Saúde Pública; Metodologias de Investigação Social; Sociologia das Organizações; Sociologia da Família; População e Território; Ética e Deontologia Profissional, Espanhol

## COMPETÊNCIAS PESSOAIS

**Língua materna** Português

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
<b>Espanhol</b>	B1	B1	A2	A2	A2
<b>Inglês</b>	A2	A2	A1	A1	A1
<b>Francês</b>	A2	A1	A1	A1	A1

Níveis:

A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado  
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

**Competências de comunicação** Boa capacidade de contacto com crianças/jovens e respetivas famílias adquirido enquanto assistente social numa Associação de Respostas Terapêuticas, Boa capacidade de comunicação com os membros da equipa enquanto assistente social

**Competências de organização** Boa capacidade organizacional adquirida enquanto assistente social responsável (gestora de casos) por um grupo de jovens, capacidade em coordenar e planear atividades diárias para jovens enquanto assistente social

**Competências relacionadas com o trabalho** Dinamização de sessões de um Programa de Competências Pessoais e Sociais e Programa de Formação Parental. Competência para a aplicação do “Eu e os Outros”, competência para o acompanhamento e desenvolvimento de planos individuais terapêuticos dos jovens

## Competências informáticas

### COMPETÊNCIAS DIGITAIS- AUTOAVALIAÇÃO

Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
Utilizador independente	Utilizador básico	Utilizador independente		Utilizador básico

Competências digitais - Grelha de auto-avaliação

Bom domínio do Office (Word e PowerPoint); Conhecimentos básicos de SPSS e Excel